

Boletim

Resultado Fiscal Estrutural 2022

Julho de 2023

MINISTRO DA FAZENDA
Fernando Haddad

SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA
Guilherme Santos Mello

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL
Débora Freire Cardoso

COORDENADOR-GERAL DE MODELOS E PROJEÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS
Sérgio Ricardo de Brito Gadelha

COORDENADORA-GERAL DE POLÍTICA FISCAL
Tereza Cleise da Silva de Assis

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICOS TRIBUTÁRIOS
Camila Ferraz Peixoto Cavalcante

COORDENADOR DE COOPERAÇÃO EM TEMAS FISCAIS
Wesley Washington Lourenço Figueredo

EQUIPE TÉCNICA
André Oliveira Nóbrega
Júlio César Ribeiro Leite
Lilian Cavalcante Couto

Boletim Resultado Fiscal Estrutural - 2022

É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P - Edifício Sede do Ministério da Fazenda, 3º andar, sala 320 – Brasília/ DF, CEP 70.048-900
Tel.: (61) 3412-2339 / 3412-2322

Sumário

Sumário Executivo	4
Introdução	5
Resultado Fiscal Estrutural	6
Boxe: Aprimoramentos no Resultado Fiscal Estrutural	15
Apêndice A: Eventos Fiscais não Recorrentes	17
Apêndice B: Decomposição da Variação do Resultado Fiscal Estrutural	27
Referências	28

Sumário Executivo

Conforme disposto no Decreto nº 11.344, de 1º de Janeiro de 2023, as competências da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda são relativas, em linhas gerais, à formulação e proposição de políticas econômicas em nível federal, em consonância com a estratégia do governo federal, que visem à estabilidade macroeconômica, ao combate à desigualdade social, a melhor alocação e uso eficiente dos recursos públicos e à fomentação da produtividade da economia brasileira, preservando-se precipuamente o equilíbrio fiscal, a expansão da renda e do emprego, bem como a superação dos problemas sociais.

Uma vez que a sustentabilidade fiscal configura um dos pilares para o crescimento econômico sustentável e inclusivo, é importante que se realize uma análise rigorosa acerca da condução da política fiscal e do equilíbrio das contas públicas. O Resultado Fiscal Estrutural (RFE) é um indicador que contribui para a análise qualitativa da sustentabilidade fiscal no médio e longo prazos.

A atualização do RFE segue o disposto no artigo 1º, §§ 2º e 3º, da Portaria nº 170, de 10 de maio de 2016¹, que confere à SPE a competência de definir, elaborar e divulgar anualmente o boletim analítico e a metodologia empregada para o cálculo da estimativa do RFE. O RFE é complementar ao resultado fiscal convencional para se avaliar o grau de expansão ou de contração fiscal, levando-se em consideração os efeitos do ciclo econômico e de eventos fiscais não-recorrentes sobre o esforço fiscal.

Com esta iniciativa, a SPE cumpre seu papel, disponibilizando um importante meio de análise no debate sobre o desempenho da política fiscal no Brasil. Esta iniciativa se soma à divulgação do Prisma Fiscal, sistema de coleta de expectativas de mercado, disponível no sítio eletrônico da SPE, bem como aos trabalhos relacionados à elaboração de projeções e cenários macroeconômicos e fiscais de curto, médio e longo prazos, com o objetivo de definir diretrizes de política econômica.

Em relação ao ano de 2022, destacam-se os seguintes resultados:

- As estimativas fiscais obtidas referentes a 2022 indicam um resultado fiscal estrutural do Setor Público consolidado de 0,71% do PIB (R\$ 69,7 bilhões), ante 2,05% do PIB (R\$ 182,1 bilhões) em 2021. Para se chegar a este

resultado, retira-se do resultado primário do Setor Público consolidado abaixo da linha (isto é, o resultado fiscal convencional), que alcançou 1,28% do PIB, o efeito cíclico derivado do nível de atividade econômica e das flutuações do preço internacional do barril de petróleo (- 0,18% do PIB), assim como o efeito dos eventos fiscais não recorrentes (0,75% do PIB);

- No caso do Governo Central, se, por um lado, em termos convencionais, observou-se um resultado primário de 0,56% do PIB, por outro, em termos estruturais, constatou-se um déficit primário de 0,05% do PIB. Em outras palavras, estruturalmente, observou-se uma piora em termos fiscais nas condições de solvência (variação do resultado fiscal estrutural) do Governo Central da ordem de 0,81% do PIB frente ao ano de 2021. Portanto, a contribuição para um resultado fiscal estrutural do Setor Público consolidado positivo de 0,71% do PIB se deve ao comportamento dos governos regionais, que registraram um resultado fiscal estrutural da ordem de 0,70% do PIB;

Por fim, ao longo dos trabalhos relacionados à elaboração e divulgação do Boletim e da Nota Metodológica relacionados a 2022, a equipe da Subsecretaria de Política Fiscal da SPE foi beneficiada não apenas pelo compartilhamento de dados, mas também pelas contribuições e comentários valiosos das equipes das seguintes instituições: Secretaria do Tesouro Nacional (Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais/CESEF), Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros/RFB) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Fica registrado um agradecimento especial aos seguintes profissionais por todo apoio: Raquel Nadal César Gonçalves, Élder Linton Alves de Araújo, Gustavo Melo, Carlos Henrique de Coelho de Andrade, Rafael Leão, Bernardo Patta Schettini, Giovani Silva Machado, Claudemir Rodrigues Malaquias, Marcelo de Mello Gomide Loures, Cláudio Roberto Amitrano, José Ronaldo de Castro Souza Júnior, Rafael Perez Marcos, Sérgio Wulff Gobetti e Bráulio Borges.

¹ Diário Oficial da União, publicado em: 11/05/2016. Edição: 89, Seção: 1, Página: 61.

Introdução

O resultado primário do Setor Público consolidado² passou de 0,73% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021 (superávit primário de R\$ 64,7 bilhões) para 1,28% do PIB em 2022 (superávit primário de R\$ 126,0 bilhões), segundo dados das Estatísticas Fiscais do Banco Central do Brasil (BCB)³. Em termos convencionais, o Setor Público consolidado manteve a trajetória de melhoria do resultado primário observada desde 2017, interrompida somente em 2020 em função dos impactos econômicos e sociais da crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19. A principal influência para o resultado em 2022 é proveniente dos governos subnacionais, os quais obtiveram superávit primário de 0,66% do PIB (R\$ 64,9 bilhões), ante superávit primário de 1,10% do PIB (R\$ 97,7 bilhões) em 2021. Além disso, as empresas estatais também registraram superávit primário de 0,06% do PIB em 2022 (R\$ 6,1 bilhões), ante superávit primário de 0,03% do PIB (R\$ 2,9 bilhões) em 2021. Por sua vez, os dados constantes no Resultado do Tesouro Nacional e nas estatísticas fiscais do Banco Central do Brasil informam que o Governo Central registrou um superávit primário de 0,56% do PIB (R\$ 54,9 bilhões), ante um déficit primário de 0,40% do PIB em 2021 (déficit primário de R\$ 35,9 bilhões)⁴. Esse resultado representou o primeiro superávit primário do Governo Central desde 2013.

Para fins de avaliação da condução da política fiscal, todavia, a interpretação adequada da variação no resultado primário deve considerar que as estatísticas fiscais são afetadas pelo ciclo econômico, bem como por eventos possivelmente significativos em termos financeiros, mas que não representam uma mudança permanente na posição fiscal do país. A solução dada internacionalmente para a necessidade de se ajustar as estatísticas fiscais pelos fatores mencionados acima é mensurar o Resultado Fiscal Estrutural (RFE).

² O Setor Público consolidado abrange a administração direta, as autarquias e as fundações das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e suas respectivas empresas estatais, o Banco Central e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Além da definição mais ampla de Setor Público, outros conceitos utilizados no Brasil são os seguintes: (i) governo federal (Tesouro Nacional e INSS); (ii) Governo Central (governo federal e Banco Central); (iii) governos regionais (governos estaduais e municipais); (iv) Governo Geral (governos federal e regionais); (v) empresas estatais (empresas estatais federais, estaduais e municipais). Portanto, o Setor Público consolidado abrange o Governo Geral e as empresas estatais ou, do mesmo modo, o Governo Central, os governos regionais e as empresas estatais (SILVA *et al.*, 2009, p. 101-102).

³ Banco Central do Brasil. Estatísticas Fiscais. Nota para a Imprensa, 30/01/2023. Disponível em: << <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/historicofiscais> >>. Acesso em 23 de junho de 2023. É importante destacar que esses dados fiscais estão passíveis de atualizações.

A Secretaria de Política Econômica (SPE) propôs uma metodologia de estimação desse indicador, com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil, assim como das estatísticas fiscais de estados, Distrito Federal e municípios, e que pode ser consultada em Nota Metodológica específica. O RFE do Setor Público Consolidado divulgado pela SPE deve ser compreendido como o resultado primário livre de influências transitórias, isto é, aquele que seria observado com o PIB no nível potencial⁵, preço do petróleo igual ao valor de equilíbrio de longo prazo e sem receitas e despesas não recorrentes. Esse indicador fiscal procura medir o esforço discricionário e recorrente do Setor Público para alcançar a solvência fiscal de longo prazo do país.

Nesse sentido, a fim de cumprir seu papel institucional e contribuir para o monitoramento da política fiscal, a SPE publica o presente Boletim do RFE 2022⁶, assim como as séries históricas do RFE, em bases anual e trimestral, disponíveis no sítio eletrônico da SPE⁷. Conforme descrito em Nota Metodológica atualizada do RFE, a metodologia de cálculo da estimativa desse indicador fiscal é continuamente aprimorada pela SPE, assim como a divulgação e documentação do indicador e resultados auxiliares. Destaca-se neste Boletim um apêndice específico para servir como inventário dos eventos fiscais não recorrentes (receitas, despesas e transferências), cujos valores são considerados no cálculo desse indicador fiscal. Deve-se destacar também os aprimoramentos realizados na metodologia de cálculo do PIB potencial e do hiato do produto, bem como na metodologia de cálculo do hiato do preço do barril de petróleo, e que são detalhados em Nota Metodológica.

⁴ Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Disponível em: << <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn> >>. Acesso em 23 de junho de 2023. É importante destacar que esses dados fiscais estão passíveis de atualizações.

⁵ O “PIB potencial” pode ser definido de várias formas. A definição aqui usada se refere à capacidade produtiva da economia, que seria atingida quando a taxa de utilização dos fatores de produção – capital e trabalho –, bem como o nível de produtividade total, estivessem em seus níveis de equilíbrio.

⁶ Conforme determinação da Portaria MF nº 170, de 10 maio de 2016. No que se refere ao Programa Orçamentário 2215 (Política Econômica e Equilíbrio Fiscal) no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, o RFE consta como Resultado Intermediário “0241: Resultado Fiscal Estrutural”, sob responsabilidade da SPE.

⁷ Disponível em: << <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/politica-fiscal/atuacao-spe/resultado-fiscal-estrutural/resultado-fiscal-estrutural> >>. Acesso em 26 de junho de 2023.

A próxima seção apresenta um resumo dos principais resultados relacionados ao cálculo da estimativa do RFE do Setor Público consolidado, incluindo não apenas a decomposição do PIB e do preço do barril de petróleo Brent em seus componentes tendenciais e cíclicos, como também a decomposição do

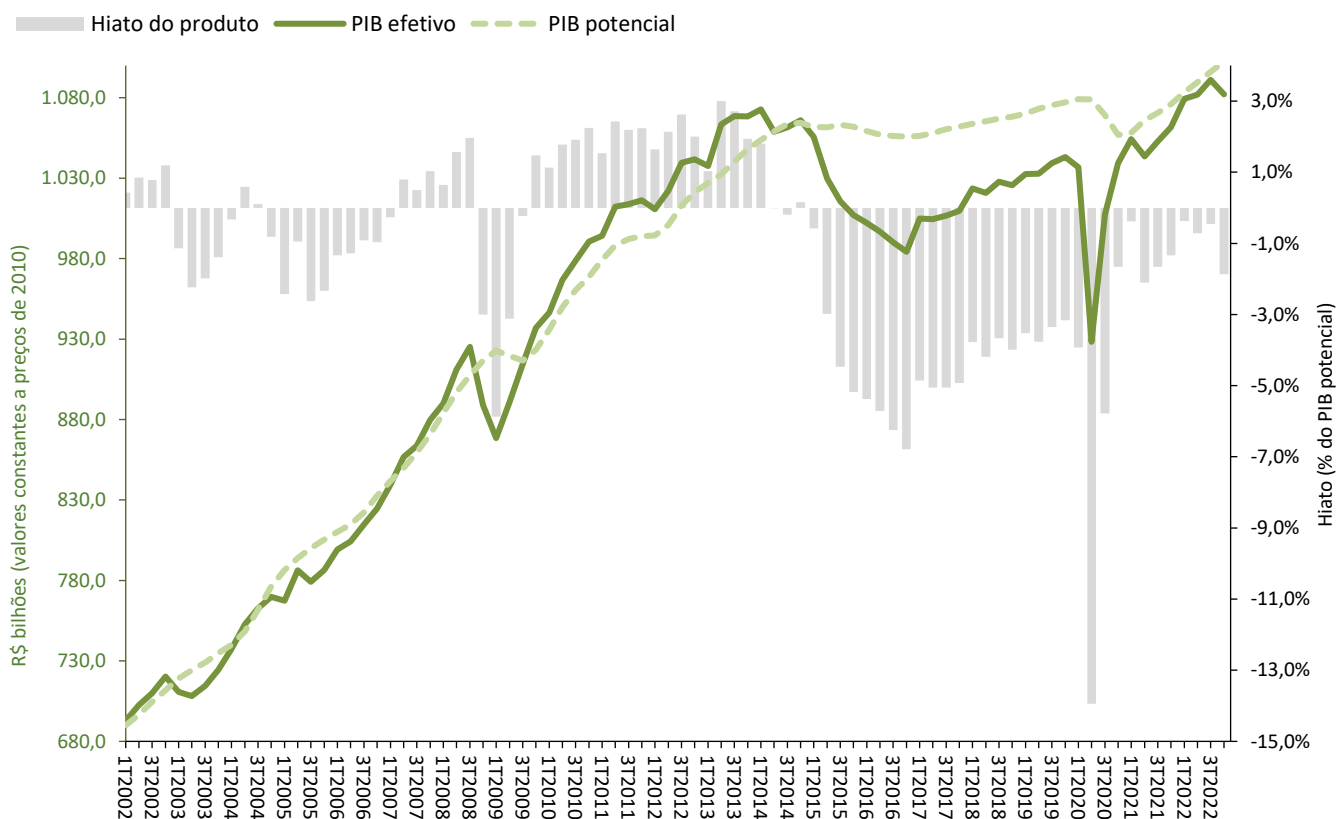
resultado primário do Setor Público consolidado nos componentes estrutural, cíclico e não recorrente. Por fim, no apêndice encontram-se destacadas as principais informações relacionadas aos eventos fiscais não recorrentes.

Resultado Fiscal Estrutural (RFE)

O RFE depende de estimativas do PIB potencial, do preço tendencial do petróleo, assim como das elasticidades das receitas em relação aos hiatos do PIB e do preço do barril de petróleo. Após a grave recessão observada no período de 2014 a 2016, a economia brasileira iniciou um processo de recuperação gradual: dois anos de retração real (-3,5% em 2015; -3,3% em 2016), crescimento baixo nos três anos seguintes (1,3% em 2017; 1,8% em 2018; e 1,2% em 2019), nova retração de 3,3% em 2020 em face da crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 (novo coronavírus). Em 2021, a economia brasileira cresceu 5%, com arrefecimento da taxa de crescimento para 2,9% em 2022.

O hiato do produto se encontra negativo desde o 1º trimestre de 2015, conforme exhibe o Gráfico 1. Em média, depois de ficar 6,03%, 6,35% e 1,37% abaixo do PIB potencial em 2016, 2020 e 2021, respectivamente, conforme estimativas feitas pela SPE, o hiato do produto ficou 0,85% abaixo do PIB potencial em 2022. Por sua vez, o hiato do preço do barril de petróleo Brent ficou, em média, 11,78% acima de sua tendência de longo prazo em 2022, em comparação a 3,8% em 2021, conforme Gráfico 2. Esse último resultado ocorre devido ao aumento do preço médio do barril do petróleo no mercado internacional no período pós-pandemia, acentuado pelo conflito militar entre Rússia e Ucrânia⁸.

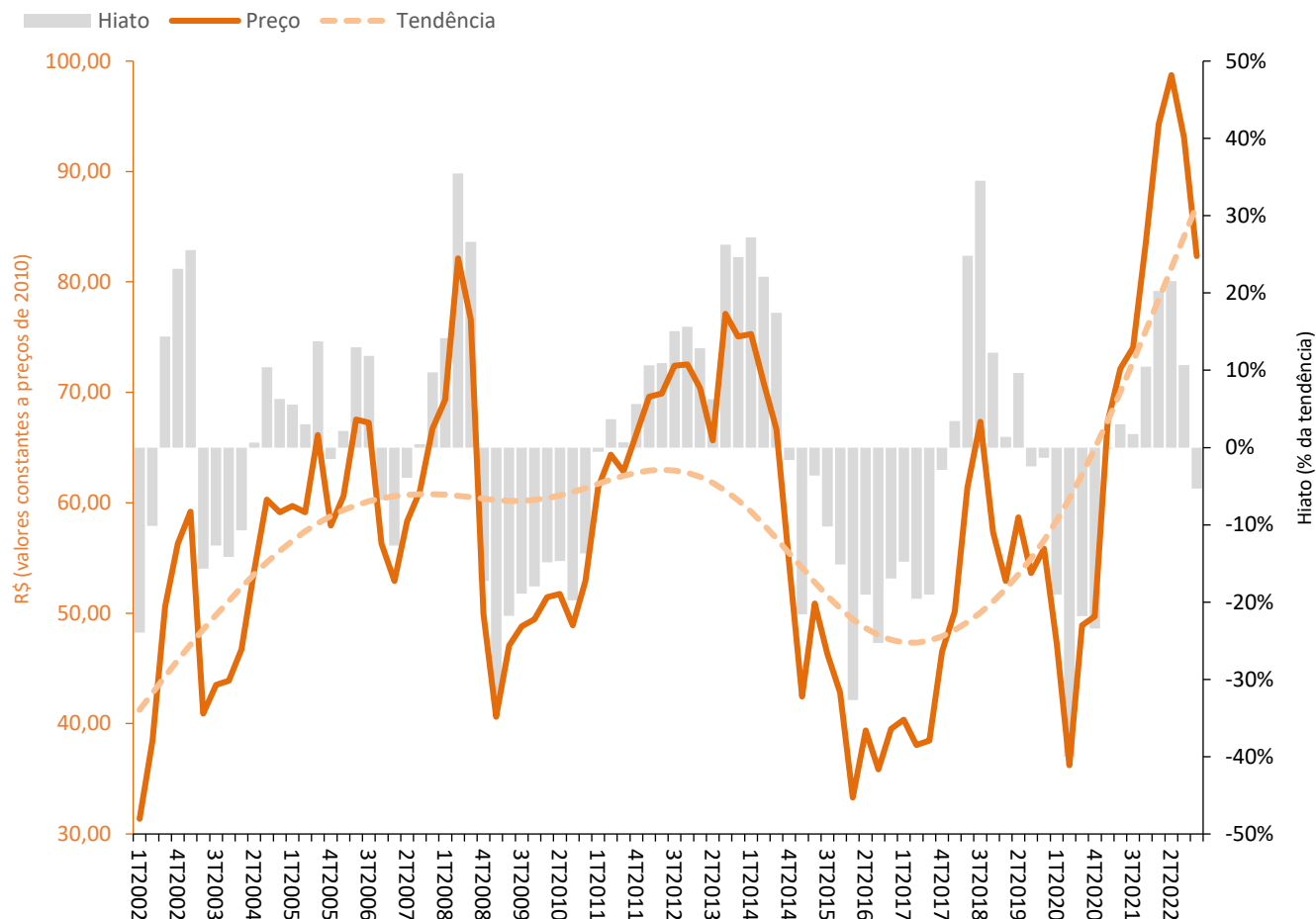
Gráfico 1: PIB efetivo, PIB potencial e Hiato do Produto (2002-2022)



Fonte: Elaboração da Secretaria de Política Econômica.

⁸ Conforme dados constantes na Grade de Parâmetros Macroeconômicos da SPE, o preço médio do Petróleo Brent

(US\$/barril) tem apresentado elevada volatilidade, a saber: 42,30 (2020), 70,44 (2021) e 99,82 (2022).

Gráfico 2: Variações no preço do barril de petróleo Brent (%) (2002-2022)

Fonte: Elaboração da Secretaria de Política Econômica.

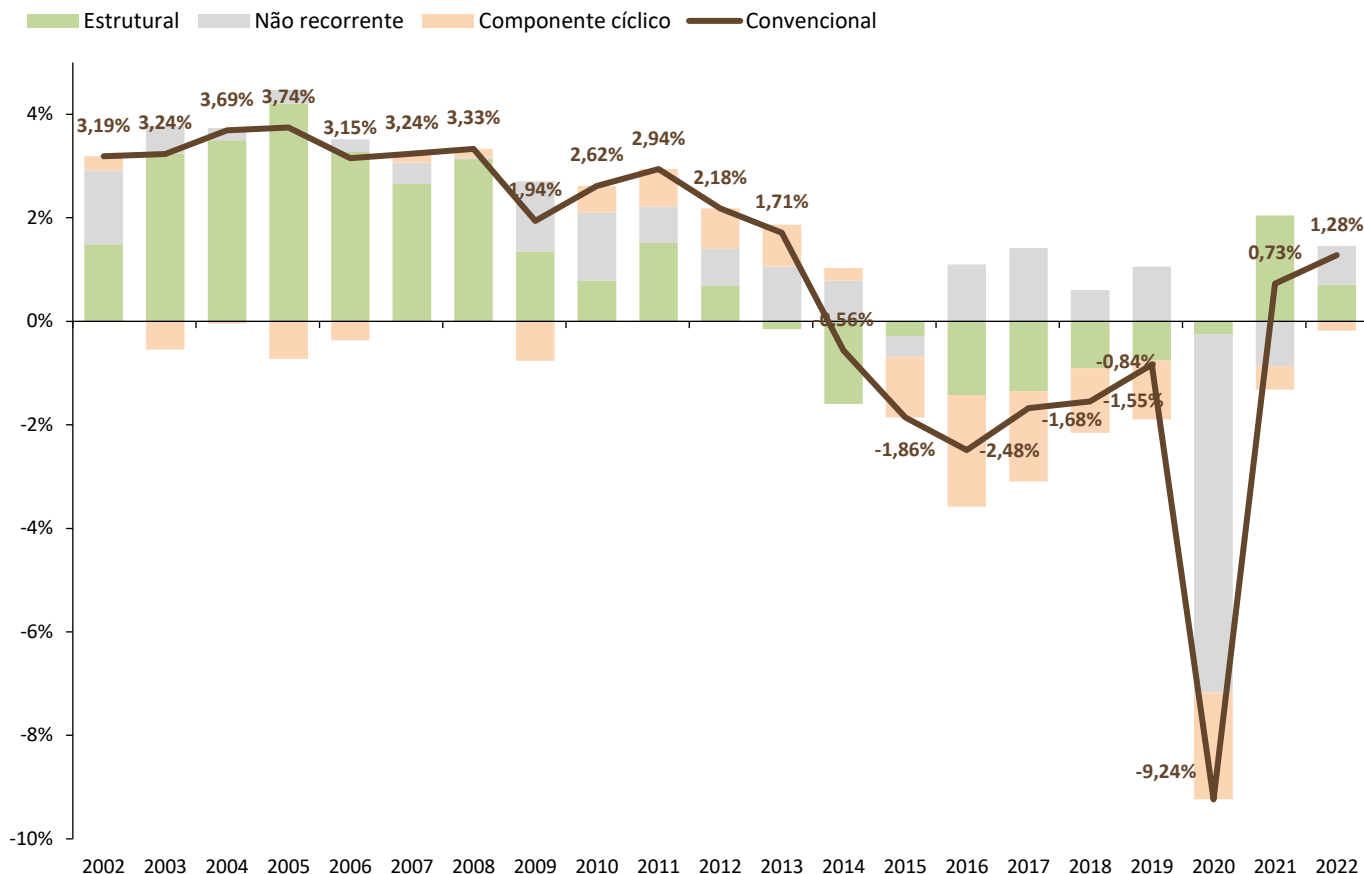
A parcela dos componentes transitórios do RFE do Setor Público consolidado foi estimada em 0,57% do PIB, segundo a seguinte decomposição: -0,18% do PIB referente ao componente cíclico e 0,75% do PIB referente ao componente não recorrente⁹. Isso significa que, do resultado primário de 1,28% do PIB, 0,57 p.p. foram devidos a eventos cíclicos e não recorrentes, de modo que esta parcela deve ser expurgada do cálculo do RFE. Assim, enquanto o resultado primário do Setor Público consolidado foi de 1,28% do PIB em 2022, a estimativa do resultado

fiscal estrutural do Setor Público consolidado para o ano é de superávit de 0,71% do PIB, conforme mostra o Gráfico 3.

O Gráfico 3 sintetiza não apenas a deterioração fiscal, avaliada pela ótica do RFE a partir de 2011, mas também a recuperação fiscal a partir de 2016 (exceto 2020, ano da pandemia). Por sua vez, para o ano de 2022, observa-se, de antemão, deterioração do resultado fiscal estrutural em relação ao ano anterior (barra em verde).

⁹ Para o ano de 2022, no componente não recorrente, não se consideraram os efeitos das compensações tributárias que, nos anos de 2020 e 2021, foram consideradas no cálculo da estimativa do Resultado Fiscal Estrutural devido

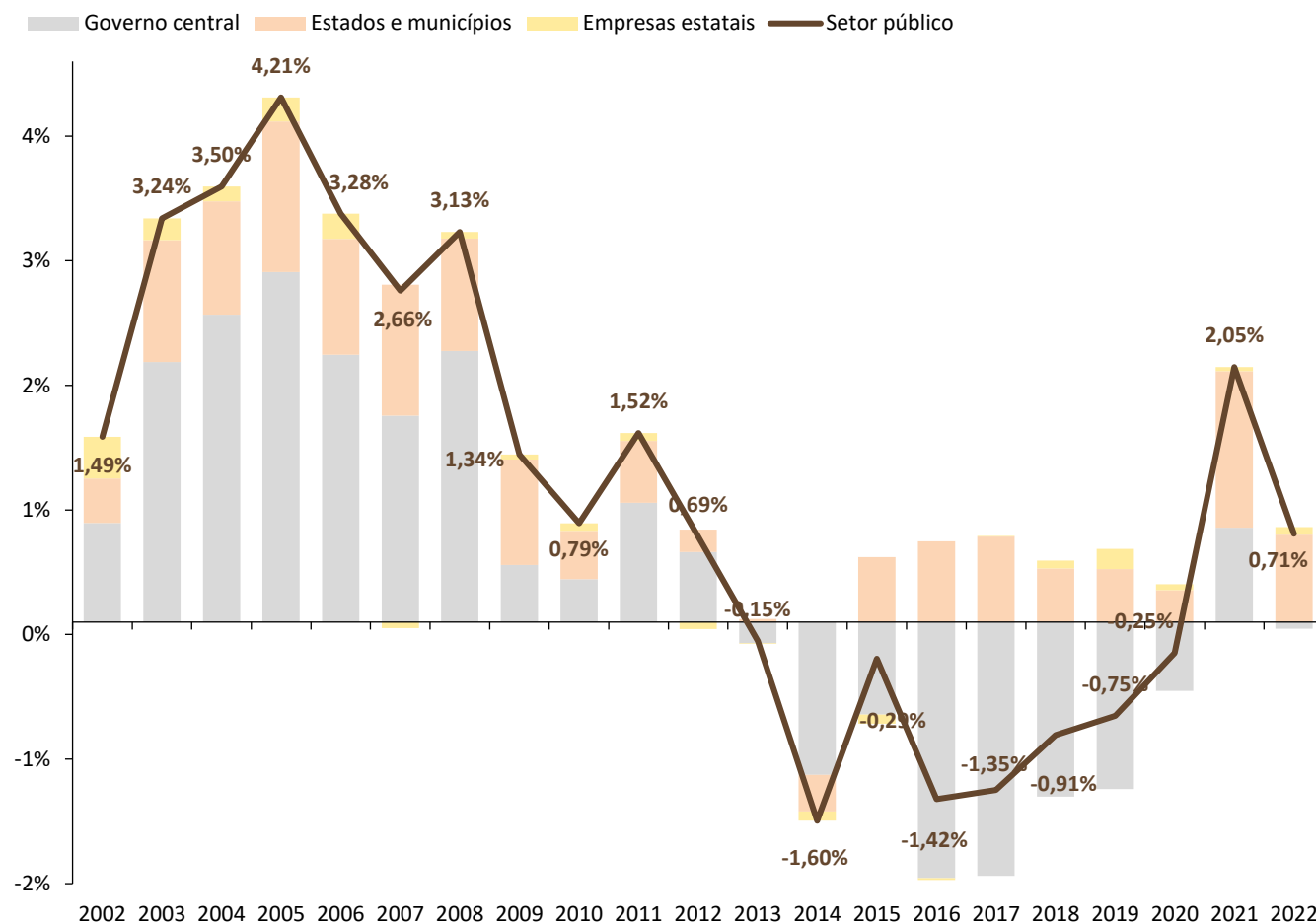
à influência dos efeitos da pandemia na tomada de decisões dos agentes econômicos em relação aos seus compromissos tributários.

Gráfico 3: Decomposição do Resultado Primário do Setor Público Consolidado (%) (2002-2022)

Fonte: Elaboração da Secretaria de Política Econômica.

O Gráfico 4 apresenta a decomposição do RFE do Setor Público consolidado segundo as esferas de Governo que o compõem: Governo Central, Estados e Municípios e Empresas Estatais. Conforme se observa no Gráfico 4, do superávit primário estrutural do Setor Público consolidado de 0,71% do PIB para 2022, 0,70% compete ao resultado fiscal estrutural dos Entes Subnacionais (Estados e Municípios),

0,07% às estatais e - 0,05% ao Governo Central, revelando déficit primário estrutural para este último ente em 2022. Portanto, enquanto as demais esferas de Governo, em especial os Entes Subnacionais, contribuíram positivamente para o resultado fiscal estrutural em 2022, o Governo Central contribuiu, ainda que em pequena magnitude, negativamente.

Gráfico 4: Decomposição do Resultado Fiscal Estrutural do Setor Público Consolidado por ente (%) (2002-2022)

Fonte: Elaboração da Secretaria de Política Econômica

O RFE para o Brasil divulgado pela SPE tem foco na evolução da posição de solvência do Setor Público, pois a classificação e expurgo dos eventos fiscais não recorrentes são predominantemente voltados para a neutralidade de variações patrimoniais. Vale destacar que, um indicador voltado para efeitos sobre a demanda agregada seria mais parcimonioso na classificação desses eventos, pois levaria em conta o impacto sobre a renda do setor privado. Feitas essas considerações, o Quadro 1 exhibe a definição explícita entre a variação do RFE, a classificação de postura e

esforço fiscal estrutural e a relação pré-estabelecida com as condições de solvência (equilíbrio fiscal) das contas do Setor Público consolidado. Por exemplo, uma variação negativa (positiva) no RFE de um determinado ano em relação ao período imediatamente anterior está relacionada a um crescimento (redução) da magnitude do RFE, o que implica uma postura fiscal contracionista (expansionista) e deve ser lida como um esforço fiscal estrutural positivo (negativo) no sentido de melhorar (piorar) as condições de solvência do Setor Público.

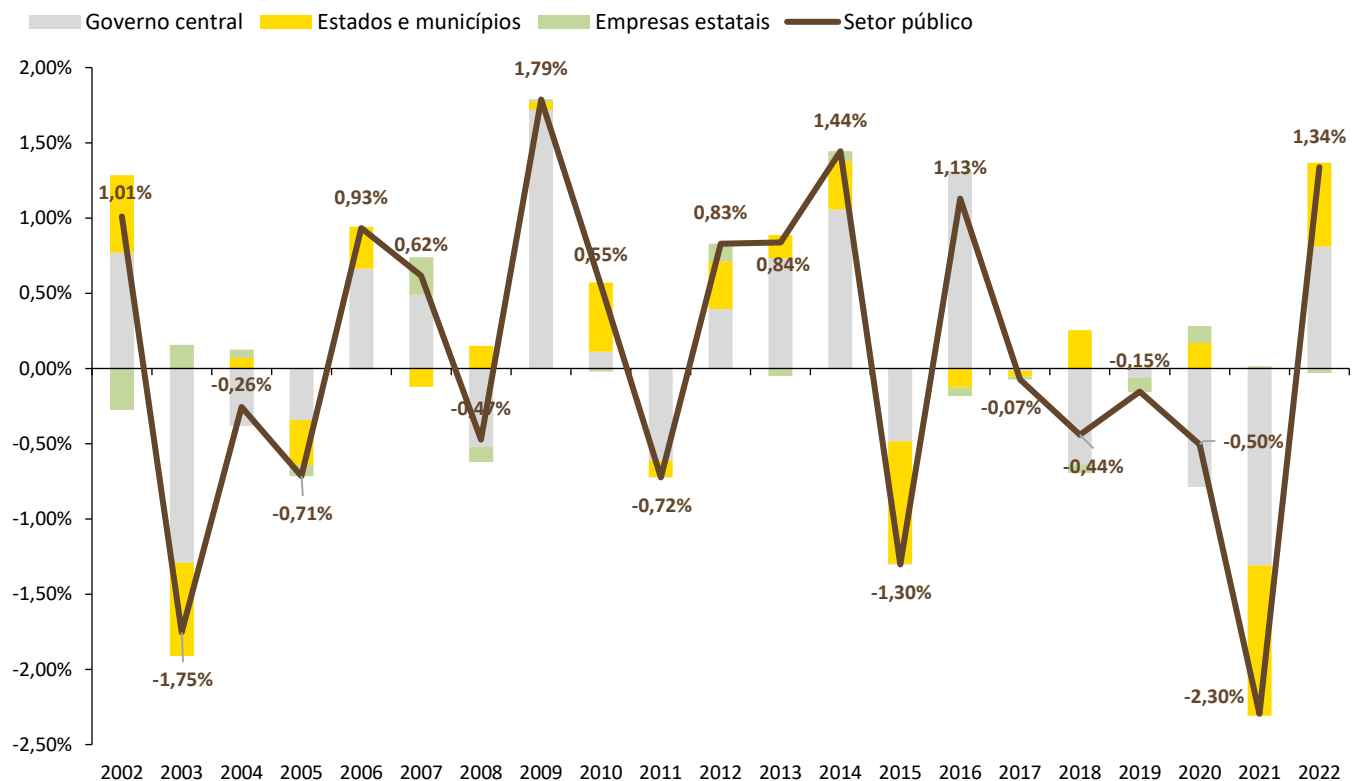
Quadro 1: Relação entre RFE, esforço fiscal estrutural e condições de solvência do Setor Público consolidado.

Variação do Resultado Fiscal Estrutural: $\Delta RFE_t = RFE_{t-1} - RFE_t$	Resultado Fiscal Estrutural	Postura Fiscal	Esforço fiscal estrutural	Condições de solvência (equilíbrio fiscal) das contas do Setor Público consolidado
$(\Delta RFE_t = RFE_{t-1} - RFE_t) < 0$	Crescimento $RFE_{t-1} - RFE_t \therefore \uparrow RFE$	Política fiscal contracionista: reduz gasto e/ou aumenta arrecadação	Positivo	Melhora nas condições de solvência (equilíbrio) das contas do Setor Público consolidado
$(\Delta RFE_t = RFE_{t-1} - RFE_t) > 0$	Redução $RFE_{t-1} - RFE_t \therefore \downarrow RFE$	Política fiscal expansionista: aumento gasto e/ou reduz arrecadação	Negativo	Piora nas condições de solvência (equilíbrio) das contas do Setor Público consolidado
$(\Delta RFE_t = RFE_{t-1} - RFE_t) = 0$	Neutro $RFE_{t-1} - RFE_t \therefore RFE = 0$	Política fiscal neutra	Neutro	Não houve mudanças nas condições de solvência (equilíbrio) das contas do Setor Público consolidado

Fonte: Elaboração da Secretaria de Política Econômica.

No Gráfico 5, mostra-se a evolução da **variação do resultado fiscal estrutural do Setor Público consolidado** frente ao ano anterior, a qual mede a orientação da política fiscal. Em 2022, registrou-se variação do RFE positiva, o que indica postura fiscal expansionista e piora fiscal relacionada às condições de solvência do Setor Público consolidado. A variação em 2022 frente a 2021 foi de 1,34% do PIB, decomposta da seguinte forma: 0,81% do PIB para o

Governo Central, 0,56% do PIB para os governos subnacionais e -0,03% do PIB para as empresas estatais. Este resultado sugere que todas as esferas de governo contribuíram positivamente para a piora nas condições de solvência do Setor Público consolidado dada pela variação positiva no RFE de 2022 em relação a 2021, sendo o Governo Central a esfera com maior contribuição para este resultado.

Gráfico 5: Decomposição da variação do resultado fiscal estrutural do Setor Público consolidado (%), (2002-2022)

Fonte: Elaboração da Secretaria de Política Econômica.

Conforme destacado na Tabela 1, a qual sintetiza os indicadores de Resultado Fiscal Convencional, RFE e a variação do RFE dos últimos 5 anos, as estimativas fiscais obtidas referentes a 2022 indicam um resultado fiscal estrutural do Setor Público consolidado de 0,71% do PIB (R\$ 69,7 bilhões), ante 2,05% do PIB (R\$ 182,1 bilhões) em 2021. Para se chegar a este resultado, retira-se do resultado primário do Setor Público consolidado abaixo da linha (isto é, o resultado fiscal convencional), que alcançou 1,28% do PIB, o efeito cíclico derivado do nível de atividade econômica e das flutuações do preço internacional do barril de petróleo (- 0,18% do PIB), assim como o efeito dos eventos fiscais não recorrentes (0,75% do PIB)¹⁰.

As informações da Tabela 1 demonstram que, no caso do Governo Central, se, por um lado, em termos convencionais, observou-se um resultado primário de 0,56% do PIB, por outro, em termos estruturais,

constatou-se um déficit primário de 0,05% do PIB. Em outras palavras, estruturalmente, observou-se uma piora em termos fiscais nas condições de solvência do Governo Central da ordem de 0,81% do PIB frente ao ano de 2021. Portanto, a contribuição para um resultado fiscal estrutural do Setor Público consolidado positivo de 0,71% do PIB se deve ao comportamento dos governos regionais, que registraram um resultado fiscal estrutural da ordem de 0,70% do PIB, muito embora este ente também tenha mostrado, no agregado, uma postura fiscal expansionista ao apresentar variação no RFE positiva em 2022 comparativamente a 2021 (0,56%). As empresas estatais, por sua vez, registraram comportamento contracionista quando se compara o resultado fiscal recorrente de 2022 com 2021, contribuindo para a melhora nas condições de solvência do Setor Público, ainda que em pequena magnitude (-0,03%), como demonstrado na Tabela 2.

Tabela 1 – Resultado Fiscal Convencional e Resultado Fiscal Estrutural – Principais resultados (2018-2022), em % PIB

Data	Governo Central (% PIB)			Governos Regionais (% PIB)			Estatais (% PIB)	Setor Público Consolidado (% PIB)		
	RF_t	RF_t^{EST}	ΔRF_t^{EST}	RF_t	RF_t^{EST}	ΔRF_t^{EST}	RF_t	RF_t	RF_t^{EST}	ΔRF_t^{EST}
2018	-1,66%	-1,40%	-0,64%	0,05%	0,43%	0,25%	0,06%	-1,55%	-0,91%	-0,44%
2019	-1,20%	-1,34%	-0,06%	0,21%	0,43%	0,01%	0,16%	-0,84%	-0,75%	-0,15%
2020	-9,79%	-0,55%	-0,79%	0,51%	0,26%	0,17%	0,05%	-9,24%	-0,25%	-0,50%
2021	-0,40%	0,76%	-1,31%	1,10%	1,26%	-1,00%	0,03%	0,73%	2,05%	-2,30%
2022	0,56%	-0,05%	0,81%	0,66%	0,70%	0,56%	0,06%	1,28%	0,71%	1,34%

Fonte: Elaboração da Secretaria de Política Econômica.

Nota: $\Delta RFE_t = RFE_{t-1} - RFE_t$

A Tabela 2 mostra a decomposição da variação do resultado fiscal estrutural do Setor Público consolidado por grupos de receitas e de despesas segundo o componente recorrente, possibilitando avaliar a contribuição de cada item de receita, despesa e transferências dos demais entes agregados na variação do RFE frente ao ano anterior. Observa-se que a variação nas receitas do Governo Central contribuiu para reduzir (-0,968%) a variação positiva do RFE enquanto a variação nas despesas contribuiu para aumentar (0,971%) a variação do RFE, sobressaindo-se em relação às receitas. Assim, pelo lado das receitas do Governo Central, registrou-se postura fiscal contracionista, enquanto, pelo lado das despesas deste ente, postura fiscal expansionista,

prevalecendo a segunda. Nas transferências do Governo Central também se registrou postura fiscal expansionista (0,673). Somando-se a contribuição do ajuste metodológico, o Governo Central exibe contribuição expansionista (0,659%) para a variação positiva do RFE. A variação do resultado fiscal recorrente dos Estados e Municípios também contribui de maneira expansionista (0,438%) para a variação positiva do RFE, enquanto as estatais contribuem de maneira contracionista (-0,030%). Subtraindo-se a contribuição do componente cíclico (-0,270%), obtém-se a variação de 1,34% do PIB no RFE de 2022. A seguir, apresenta-se um detalhamento do comportamento de receitas e despesas que explicam a variação no RFE de 2022.

¹⁰ Portanto: $1,28\% - (-0,18\%) - 0,75\% = 0,71\%$.

Tabela 2 – Decomposição da variação do resultado fiscal estrutural (% PIB) do Setor Público consolidado por grupos de receitas e de despesas

Componentes da variação	2020	2021	2022	Varição
Receitas do Governo Central (A)	20,390%	21,231%	22,198%	-0,968%
IRPJ/CSLL	2,709%	3,399%	4,093%	-0,695%
Demais receitas administradas	15,611%	15,163%	15,019%	0,144%
Dividendos e Participações (BNDES, Petrobras e Outros)	0,151%	0,205%	0,508%	-0,303%
Receitas de Exploração de Recursos Naturais	0,742%	1,057%	1,346%	-0,289%
Demais receitas não administradas	16,788%	16,569%	16,251%	0,175%
Despesas do Governo Central (B)	18,748%	16,781%	17,752%	0,971%
Benefícios Previdenciários	8,725%	7,974%	8,099%	0,125%
Pessoal e Encargos Sociais	4,220%	3,693%	3,433%	-0,261%
Demais Despesas	5,803%	5,114%	6,221%	1,107%
Transferências do Governo Central (C)	3,467%	3,973%	4,646%	0,673%
Ajuste metodológico (D)	-0,026%	-0,009%	0,009%	-0,018%
Varição do Resultado Fiscal Recorrente do Governo Central (E = A + B + C + D)				0,659%
Varição do Resultado Fiscal Recorrente dos Estados e Municípios (F)				0,438%
Varição do Resultado Fiscal Recorrente das Estatais (G)				-0,030%
Varição Recorrente do Setor Público Consolidado (H = E + F + G)				1,067%
Cíclico (I)				-0,270%
Varição do Resultado Fiscal Estrutural (J = H - I)				1,338%

Fonte: Elaboração da Secretaria de Política Econômica. Conforme descrito nos dados do Resultado do Tesouro Nacional, a rubrica "Ajustes Metodológicos" se refere a dois componentes específicos. O primeiro componente se refere ao Ajuste Metodológico Itaipu, em que se trata de recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional. O segundo componente se refere ao Ajuste Metodológico Caixa – Competência, em que se trata da sistemática de registros nas estatísticas fiscais dos subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 do TCU. Nesta nova sistemática, o BCB passou a incorporar mensalmente os efeitos fiscais desses eventos segundo o critério de competência na apuração abaixo da linha, enquanto a STN registra semestralmente impactos quando dos pagamentos dos saldos apurados pelas instituições financeiras operadoras dos programas.

Do lado das receitas do Governo Central, registrou-se protagonismo do crescimento das receitas provenientes do IRPJ e CSLL (-0,695%) na postura contracionista em relação ao RFE, em especial associado ao ciclo de *commodities*. Vale também destacar o contexto de inflação relativamente mais elevada (IPCA acumulado de 5,79% em 2022), que aumenta nominalmente a arrecadação.

Receitas do Governo Central. De acordo com a Tabela 2, no que se refere às receitas, destaca-se a contribuição da arrecadação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para fins de variação do resultado fiscal recorrente (-0,695% do PIB). De acordo com o relatório "Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Dezembro/2022" divulgado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil:

O Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido totalizaram uma arrecadação de R\$ 489.652 milhões, com crescimento real de 17,73%. Esse desempenho é explicado pelo crescimento de 82,09% na arrecadação relativa à declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL, decorrente de fatos geradores ocorridos ao longo de 2021, e ao

acréscimo de 16,90% na arrecadação da estimativa mensal. Destaca-se crescimento em todas as modalidades de apuração do lucro. Além disso, houve recolhimentos atípicos da ordem de R\$ 42 bilhões, especialmente por empresas ligadas à exploração de *commodities*, no período de janeiro a dezembro deste ano, e de R\$ 40 bilhões, no mesmo período de 2021. (BRASIL, 2022).

Em seguida, destaca-se as contribuições da variação do resultado fiscal recorrente envolvendo uma expansão das receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil, a saber, receitas de Dividendos e Participações (-0,303% do PIB) e receitas de Exploração de Recursos Naturais (-0,289% do PIB). Conforme informado no Resultado do Tesouro Nacional de Dezembro de 2022:

Nota 7 - Dividendos e Participações (+R\$ 40.411,4 milhões): concentrado nos maiores repasses de dividendos da Petrobras (+R\$ 34,1

bilhões, termos reais)¹¹, BNDES (+R\$ 4,2 bilhões, termos reais) e Banco do Brasil (+R\$ 2,5 bilhões, termos reais) no ano de 2022 relativamente aos valores recebidos pela União em 2021 (BRASIL, 2023a).

Nota 8 - Receitas de Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 30.426,3 milhões / +29,1%): efeito explicado, principalmente, pelos aumentos do preço internacional do barril de petróleo (42,3%) e da produção de petróleo equivalente (1,6%) na média de janeiro a novembro de 2022, frente ao mesmo período de 2021, parcialmente compensados pelas reduções de 4,0% da taxa de câmbio média nos onze primeiros meses de 2022, frente ao mesmo período do ano anterior, e de 11,0% na produção dos 3 maiores campos pagadores de participação especial nos três primeiros trimestres de 2022 (BRASIL, 2023a).

As demais receitas administradas pela RFB contribuíram positivamente para a variação no RFE, portanto, apresentaram postura fiscal expansionista (0,144% do PIB). Esta contribuição está associada ao efeito das desonerações tributárias ocorridas ao longo do ano, as quais afetaram principalmente a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), assim como do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre os combustíveis. Por sua vez, no que se refere à variação do resultado fiscal recorrente relacionado às demais receitas não administradas pela RFB (0,175% do PIB), destaca-se a redução da arrecadação da cota-parte do adicional ao frete para a renovação da marinha mercante (AFRMM) e as reduções das receitas de restituição de despesas de exercícios anteriores, conforme explicado no Resultado do Tesouro Nacional de Dezembro de 2022:

Nota 9 - Demais Receitas Não Administradas pela Receita Federal do Brasil (R\$ -20.001,4 milhões/-26,1%): explicado, principalmente, pelas reduções das receitas de restituição de despesas de exercícios anteriores, incluindo o efeito na base de 2021 da devolução de R\$ 6,9 bilhões de recursos do PRONAMPE, e da arrecadação da cota-parte do adicional ao frete para a renovação da marinha mercante – AFRMM (BRASIL, 2023a).

Cabe notar o aumento relevante das desonerações tributárias no ano de 2022, conforme dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil: em 2021, as desonerações implementadas neste ano totalizaram R\$ 5,02 bilhões; já em 2022, as novas desonerações totalizaram R\$ 62,3 bilhões, o que representa um crescimento real de 1034% em relação ao ano anterior.

Já do lado das despesas do Governo Central, embora tenha havido postura fiscal contracionista quanto aos

gastos com Pessoal e Encargos Sociais, observou-se postura expansionista em Demais Despesas.

Despesas do Governo Central. Do lado da despesa, observa-se uma contribuição das despesas de Pessoal e Encargos Sociais ao superávit primário do Governo Central, as quais apresentaram uma variação do resultado fiscal recorrente (-0,261% do PIB), em detrimento das despesas de Benefícios Previdenciários (0,125% do PIB) e de Demais Despesas (1,107% do PIB). Conforme destacado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (BRASIL, 2023b):

Do lado da despesa, o controle de algumas rubricas importantes em um contexto de inflação relativamente elevada propiciou variações reais moderadas ou negativas dos respectivos gastos no ano – **com destaque para o crescimento moderado dos benefícios previdenciários e a forte redução real da despesa com pessoal e encargos sociais.** (BRASIL, 2023b) (grifo nosso).

Esse argumento é reforçando com base nas informações contidas no Resultado do Tesouro Nacional de Dezembro/2022:

Nota 12 - Benefícios Previdenciários - Total (R\$ +20.324,8 milhões / +2,6%): resultado explicado, principalmente, pelo aumento do número de beneficiários (+2,3%, média janeiro a novembro) e pelo diferencial entre o INPC (referência para reajuste do salário mínimo em 2022) e o IPCA (índice de atualização dos dados do RTN).

Nota 13 - Pessoal e Encargos Sociais (R\$ - 22.226,8 milhões / -6,1%): redução real influenciada majoritariamente pela ausência de reajustes salariais de servidores civis.

Nota 14 - Abono e Seguro Desemprego (R\$ +14.224,3 milhões / +27,6%): aumento explicado, principalmente, pelo efeito na base de comparação de 2022 da Resolução CODEFAT nº 896/2021, que estabelece que o pagamento do Abono Salarial seguirá calendário anual, conforme estabelecido pelo CODEFAT no mês de janeiro de cada exercício. Enquanto no primeiro bimestre de 2021 foram pagos os valores correspondentes ao segundo semestre do ano calendário 2019, nos três primeiros meses de 2022 foram pagos os valores referentes a todo ano calendário 2020.

Nota 16 - Obrigatórias com Controle de Fluxo (+R\$ 61.742,1 milhões / +38,4%): aumento explicado principalmente pela variação real positiva de R\$ 61,1 bilhões na rubrica “Bolsa Família e Auxílio Brasil”.

Nota-se que, em relação à contribuição dos Entes Subnacionais na variação do componente recorrente do RFE, a variação do resultado fiscal aponta uma

¹¹ No apêndice, destaca-se um tratamento específico relacionado aos valores de dividendos da Petrobrás que foram afetados pela volatilidade do preço do petróleo em

2021 e 2022, considerando-os, então, como eventos fiscais não recorrentes.

deterioração das finanças públicas estaduais (0,438% do PIB) que, segundo o IPEA (2022):

As finanças públicas estaduais nos primeiros dez meses de 2022 mantiveram, em termos agregados, resultados primários positivos. Contudo, nota-se na margem certa deterioração fiscal, associada primordialmente à interrupção abrupta da trajetória ascendente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ao aumento do dispêndio com investimentos e ao fim da vedação legal de concessão de novos reajustes salariais ao funcionalismo.

No âmbito da despesa, observou-se a elevação do gasto com investimento em 2022, que se encontrava em um patamar muito deprimido. Esse movimento coincidiu com o fato de estarmos em um ano eleitoral – portanto, era esperado. Também foram concedidos reajustes salariais ao funcionalismo na grande maioria das Unidades da Federação (UFs) em 2022 (inclusive com a finalidade de recompor o salário real, na medida em que o gasto com pessoal e encargos sociais dos governos estaduais diminuiu em termos reais entre 2018 e 2021).

Na esfera da receita, Lei Complementar (LC) nº 194 implicou a redução das alíquotas incidentes sobre energia elétrica, combustíveis, serviços de comunicação e transportes ao alçá-los a bens essenciais. Isso levou a reduções expressivas na arrecadação do ICMS, ainda que o impacto tenha sido diferenciado, pois as alíquotas vigentes nesses setores variavam expressivamente e, assim como a estrutura produtiva, quanto mais baixas as alíquotas originais e quanto mais diversificada a indústria local, menor tendeu a ser o impacto das LCs.

Em resumo, observa-se que a variação do resultado fiscal recorrente do Setor Público consolidado é de 1,067% do PIB, decomposto da seguinte forma: 0,659% do PIB (Governo Central); 0,438% do PIB (governos regionais); e -0,030% do PIB (empresas estatais). Ao levar em consideração a variação do componente cíclico (-0,270% do PIB), obtém-se a variação do resultado fiscal estrutural do Setor Público consolidado (1,338% do PIB), configurando postura fiscal expansionista, o que é considerado uma piora das condições de solvência do Setor Público.

Boxe: Aprimoramentos no Resultado Fiscal Estrutural

As estatísticas fiscais convencionais são altamente afetadas por fatores alheios à atuação do governo. Para exemplificar, é possível imaginar que uma crise econômica, que leve a uma retração do PIB, esteja associada a uma queda dos resultados fiscais convencionais. No entanto, não se pode dizer, apenas por essa análise, que a política fiscal foi expansionista, uma vez que a queda do resultado fiscal convencional pode ter decorrido simplesmente da perda de arrecadação decorrente do nível de atividade econômica.

Depurar as estatísticas fiscais em contextos como este, bem como de outros fatores atípicos que afetam os resultados fiscais, é um desafio a ser enfrentado por todos que se dedicam a analisar a política fiscal. A experiência internacional tem mostrado que um passo importante para o aprimoramento do monitoramento da política fiscal é analisar seus resultados de maneira ajustada ao ciclo econômico, por meio do resultado fiscal estrutural. A fim de contribuir para esta discussão, a Secretaria de Política Econômica - SPE tem divulgado anualmente, desde 2016, uma estimativa do Resultado Fiscal Estrutural (RFE) para a economia brasileira, em bases anual e trimestral, após a publicação das contas nacionais. Essa estimativa, por sua vez, é decomposta em: Resultado Fiscal Estrutural do Governo Central, Resultado Fiscal Estrutural dos Entes Subnacionais e Resultado Fiscal Estrutural do Setor Público Consolidado.

O RFE deve ser compreendido como o resultado primário (ou seja, o resultado fiscal convencional) livre de influências transitórias, isto é, aquele resultado que seria observado com o Produto Interno Bruto (PIB) no nível potencial, preços dos ativos (em especial, o petróleo) igual ao valor de equilíbrio de longo prazo, e livre dos efeitos de eventos fiscais (receitas, despesas e transferências) não recorrentes. Esse indicador procura medir o esforço discricionário e recorrente do Setor Público consolidado para se alcançar a solvência fiscal de longo prazo do país¹². A apuração deste indicador pode ser considerada como uma depuração das estatísticas fiscais convencionais, uma vez que se extrai um indicador que busca expressar o efeito discricionário da política fiscal sobre a solvência, ou seja, um resultado fiscal livre dos efeitos cíclicos do nível de atividade econômica e dos eventos fiscais não recorrentes que tendem a afetá-lo.

Não existe, entretanto, uma metodologia definitiva para se ajustar os resultados fiscais convencionais em relação aos ciclos econômico e das *commodities*, assim como para a definição estrita do expurgo dos eventos fiscais não recorrentes (atípicos, temporários, extraordinários). Pelo contrário, metodologias de cálculo de resultados fiscais estruturais devem ser

revisadas com frequência, levando-se em consideração fatores tais como: (i) aprimoramentos no cálculo da estimativa de PIB Potencial e de Hiato do Produto; (ii) disponibilidade e qualidade de dados fiscais; (iii) regimes fiscais vigentes; (iv) conjunturas econômicas nacional e internacional.

Um ponto chave para a mensuração do RFE é o expurgo dos eventos fiscais não recorrentes após o ajuste das receitas ao ciclo econômico e ao ciclo do preço das *commodities*. Em Nota Metodológica específica, a SPE elenca critérios objetivos de classificação desses eventos, por exemplo: (i) não ter efeito sobre o patrimônio líquido do Setor Público; (ii) não ter perspectiva de repetição no longo prazo (isto é, não recorrência); (iii) materialidade dos valores envolvidos; (iv) disponibilidade de informações públicas sobre os dados de eventos fiscais não recorrentes. Entretanto, há sempre certo nível de discricionariedade do analista quando da classificação de determinada receita, despesa ou transferência como sendo evento fiscal não recorrente. Mais que isso, operações fiscais de mesma natureza também podem passar por tratamentos diferenciados, dependendo do limiar em que se encontram em cada quesito acima, principalmente no item (iii). Note-se que até mesmo o momento quando se é calculado o RFE pode influenciar na decisão. Uma determinada receita, despesa ou transferência classificada como não recorrente em um dado momento pode passar a ser interpretada como recorrente posteriormente em função de uma nova lei, decisão política ou judicial, ou mesmo do contexto da trajetória fiscal observada *ex-post*.

Em face dos argumentos aqui apresentados, o objetivo geral desse boxe é apresentar, em linhas gerais, os aprimoramentos que estão sendo estudados na metodologia de cálculo do Resultado Fiscal Estrutural feita pela SPE. De maneira específica, pelo menos quatro aprimoramentos estão em análise.

Primeiro, deve-se levar em consideração a **gestão do risco fiscal dos precatórios**. A Emenda Constitucional nº 114/2021 estabeleceu que o limite para pagamento de precatórios é válido até 2026, significando que todo o passivo acumulado no período deverá ser pago em 2027. Conforme consta na Exposição de Motivos dessa Emenda Constitucional, o crescimento esperado em 2022 em relação ao pagamento de precatórios foi calculado em R\$ 34 bilhões, aproximadamente, em relação ao orçamento autorizado para 2021. Se esse valor estivesse sido considerado no cálculo da estimativa de Resultado Fiscal Estrutural de 2022, seria constatado uma piora ainda maior nas condições de solvência do Setor Público consolidado. Em um cálculo alternativo, no qual se considera que o pagamento dos precatórios estimados em R\$ 34 bilhões fosse efetivado em 2022, mantendo as demais despesas e receitas

¹² Portanto, pode-se definir o RFE como sendo o resultado primário do Setor Público consolidado ajustado para os ciclos do nível de atividade econômica (PIB), dos preços de ativos

(matérias-primas, *commodities*) e para operações não recorrentes no âmbito do orçamento público (ou seja, receitas e despesas de caráter temporário, atípico, extraordinário).

constantes, verificou-se que o RFE do Governo Central para o ano de 2022 seria de -0,40% do PIB, ao invés de -0,05%. Como se trata de uma despesa de outros ciclos que será acumulada até 2027, a não consideração desta despesa nos cálculos do RFE de 2022 a 2026 distorcerá o resultado de 2027, comprometendo a robustez do indicador e sua fundamental característica de proporcionar comparabilidade da trajetória fiscal livre de efeitos transitórios ao longo do tempo. Como o foco do RFE é a condução da política fiscal em uma perspectiva de médio e longo prazos, isto é, em uma perspectiva estrutural, considera-se que será necessário um estudo sobre a forma mais adequada de tratar este evento que tem impactos sobre a trajetória fiscal estrutural.

Segundo, há uma **necessidade de se rever a classificação, de temporários para permanentes, de parcela de determinados gastos primários federais realizados a partir de 2020 para mitigar os efeitos da crise econômica provocada pela pandemia de Covid-19**. Durante o período da pandemia, a Secretaria do Tesouro Nacional elaborou um acompanhamento de despesas voltadas para a mitigação dos efeitos daquele evento. Este acompanhamento foi realizado até o ano de 2022, sendo interrompido em 2023. Naturalmente, com as informações disponíveis naquele momento e a ausência de perspectiva sobre os gastos que permaneceriam estruturalmente e os que seriam descontinuados, a Secretaria de Política Econômica optou por classificar todos os gastos relacionados à pandemia elencados pela STN como atípicos (não-recorrentes). No entanto, com o benefício da perspectiva temporal mais afastada para esta avaliação, considera-se que esta classificação precisa ser revista, já que muitos dos gastos realizados naquele período tornaram-se estruturais. Há respaldo teórico para tal consideração: Peacock e Wiseman (1967), com base na evolução dos gastos públicos no Reino Unido, encontram relação de períodos de distúrbios sociais com o deslocamento estrutural para um maior patamar de gastos públicos ao longo do tempo. Segundo os autores, o nível de gastos do governo foi claramente afetado pelas duas guerras mundiais do século XX, aumentando de maneira significativa durante as guerras e seguindo uma trajetória normal após os distúrbios, porém em um nível superior ao anterior à guerra. Alguns exemplos de revisões relacionadas aos gastos inaugurados com a pandemia de Covid-19 merecem destaque. Por exemplo, uma parte de despesas com aquisição de vacinas contra o vírus da Covid-19 precisam ser reclassificadas como permanentes, uma vez que essas despesas irão continuar a compor o orçamento do Ministério da Saúde, embora em menor magnitude em relação à 2020 e 2021. Outro exemplo é o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e alterado pela Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para permitir o uso do PRONAMPE, de forma permanente, como política oficial de crédito, de modo a conferir tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas. Esta política foi instituída

em 2020, no esteio das medidas de mitigação do impacto da pandemia, mas foi mantida até os dias atuais. Há também o deslocamento no gasto com o programa de transferência de renda que, uma vez ampliado pelo Auxílio Emergencial, não retornou ao nível anterior à pandemia. Uma revisão parcial dessas classificações no âmbito do RFE precisará ser realizada para uma perspectiva estrutural mais adequada para a comparabilidade temporal do indicador.

Terceiro, há a necessidade de se avançar no **cálculo do Resultado Fiscal Estrutural dos Entes Subnacionais**. A estabilidade macroeconômica de uma Federação depende também da situação fiscal dos Entes Subnacionais. Na metodologia atual, há informação mais minuciosa sobre os eventos não recorrentes do Governo Central, mas o mesmo não ocorre para Estados e Municípios. Nesta seara, haverá esforço para um levantamento mais minucioso dessas informações junto aos Estados da Federação. Os desafios fiscais dos Estados, Distrito Federal e Municípios podem ter um impacto significativo na economia e na prestação de serviços públicos essenciais. De fato, os governos subnacionais respondem por uma parcela importante de gastos públicos, seja na implementação de políticas públicas, seja na implementação de investimentos públicos em infraestrutura. Por essa razão, é necessário conhecer a situação fiscal estrutural dos Entes Subnacionais, pois essa informação será relevante para contribuir nos trabalhos dos gestores públicos estaduais e municipais, visando uma gestão fiscal sustentável e responsável.

Quarto, há a necessidade de uma apuração mais precisa desse indicador em relação aos **efeitos da flutuação dos preços das commodities nas receitas**. Por exemplo, destaca-se a revisão feita neste ano no cálculo do RFE, no que se refere aos dividendos da Petrobrás. Tendo em vista o comportamento atípico dos dividendos da Petrobrás observado em 2021 e 2022, houve a necessidade de se expurgar do dado oficial divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional nesses dois anos a parcela dos dividendos afetada pela volatilidade do preço do barril do petróleo. Foram estimados os seguintes valores, em termos reais, os quais foram excluídos da estatística oficial: R\$ 20.260,4 milhões (2021) e R\$ 33.420,4 milhões (2022).

Os aprimoramentos a serem feitos na metodologia do cálculo do Resultado Fiscal Estrutural divulgado pela SPE terão o acompanhamento de consultores externos a serem contratados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por meio de cooperação técnica. Esses aprimoramentos deverão levar em consideração as melhores práticas metodológicas internacionais, bem como o conhecimento aprofundado das contas públicas brasileiras.

Apêndice A: Eventos Fiscais Não Recorrentes

Este apêndice tem por objetivo descrever um amplo inventário desde 1997 de eventos não recorrentes (ou seja, eventos extraordinários, atípicos ou *one-off effects*), e com baixa correlação com o nível de atividade econômica, devendo, portanto, serem analisados no cálculo da estimativa da posição fiscal estrutural do Governo Central. O expurgo desses valores dos resultados oficialmente reportados é fundamental para se obter o resultado recorrente do Governo Central. Este apêndice procura complementar a contribuição de Barros (2018) relacionada à elaboração de um inventário de receitas e despesas não recorrentes.

Conforme destacado por Schettini *et al.* (2011), as medidas extraordinárias (*one-off measures*) são decisões governamentais atípicas que afetam a posição fiscal contemporânea do governo, mas com efeito apenas temporário. Em outras palavras, seus efeitos, geralmente, de aumentar as estatísticas fiscais, são exclusivos a um dado ano ou, no máximo, a poucos anos e desaparecem nos seguintes ou até mesmo podem estar associadas a efeitos contrários de redução destas estatísticas. Para exemplificar, as receitas de concessões de telefonia celular e a operação de cessão onerosa de barris de petróleo (líquida da capitalização) à Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) contribuíram para um saldo primário extraordinário superior a 0,9 ponto porcentual (p.p.) do PIB nos anos de 1998 e 2010, respectivamente. Uma medida extraordinária no sentido contrário foi a capitalização do Fundo Soberano do Brasil no ano de 2008, contabilizada como uma despesa primária, o que fez com que o resultado primário reportado oficialmente nas estatísticas do Tesouro Nacional fosse reduzido em algo próximo a 0,5% do PIB, que poderia ser utilizado no futuro pelo governo para cobrir despesas primárias e, quando isto ocorresse, teria o efeito de aumentar o resultado primário.

A.1 Receitas Não Recorrentes

Pelo lado das receitas, destacam-se os seguintes eventos não recorrentes (ver Tabela C.1): ingressos a título de cessão onerosa para exploração de petróleo pela Petrobrás; Programa de Recuperação Fiscal – REFIS (Lei nº 9.964/2000)¹³; Parcelamento Excepcional – PAEX (Medida Provisória nº 303/2006)¹⁴; Parcelamento Especial – PAES (Lei nº 10.684/2003)¹⁵; Programa Especial de Parcelamento de Dívidas/Programa de Recuperação Fiscal – REFIS da Crise (Lei nº 11.941/2009)¹⁶; REFIS das Coligadas (Lei nº

¹³ **Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).** O Programa de Recuperação Fiscal foi instituído pela Medida Provisória nº 1.923, de 6 de outubro de 1999, posteriormente convertida na Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000. Este diploma legal estabeleceu duas modalidades de parcelamento unificado dos débitos de responsabilidade de pessoas jurídicas, vencidos até 29 de fevereiro de 2000 e relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e, na época, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). No art. 2º desta Lei, foi criado parcelamento sem prazo definido cujas parcelas são calculadas com base na receita do devedor. Alternativamente a este parcelamento foi definido no art. 12 da Lei nº 9.964, de 2000, parcelamento em 60 parcelas iguais e sucessivas. Disponível em: << <https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/parcelamentos/refis>>> Acesso em 04/04/2021.

¹⁴ **Parcelamento Excepcional (PAEX).** Modalidades de parcelamentos dos débitos de pessoas jurídicas junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, à antiga Secretaria da Receita Federal – SRF e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, criados pela Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006. Informações adicionais disponíveis em: << https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/parcelamentos-1/copy_of_parcelamentos/paex>> Acesso em 04/04/2021.

¹⁵ **Parcelamento Especial (PAES).** Parcelamento especial, instituído por meio da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, que permitiu o parcelamento de débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003 junto: **a)** à Secretaria da Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União; **b)** ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (oriundos de contribuições patronais). Informações adicionais disponíveis em: << https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/parcelamentos-1/copy_of_parcelamentos/paes>>. Acesso em 04/04/2021.

¹⁶ **Programa “REFIS da Crise”:** a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (conversão da Medida Provisória nº 449/2008), nos artigos 1º a 13, trouxe a possibilidade de, até o dia 30 de novembro de 2009, pagar ou parcelar, em até 180 meses, débitos perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com reduções sobre juros de mora, multas (de mora e de ofício), multas isoladas e encargo geral. Essa

12.865/2013)¹⁷; REFIS da Copa (Lei nº 12.996/2014)¹⁸; Programa de Regularização Tributária – PRT (Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017)¹⁹; Programa Especial de Regularização Tributária – PERT – e parcelamentos da dívida ativa (Lei nº 13.496/2017)²⁰; recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de requisições de pequeno valor (RPV) federais (Lei nº 13.463, de 6 de

lei foi regulamentada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6/2009 (Disponível em: << https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/parcelamentos-1/copy_of_parcelamentos/lei-nb0-11-941-2009-mp-449>> Acesso em 04/04/2021). Nesse programa foram criadas 14 modalidades entre pagamento à vista e parcelamento de dívidas, com redução de 60% a 100% das multas, e de 45% a 25% dos juros de mora, com a possibilidade de utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL para pagamento desses acréscimos (saldos após as reduções). Esse programa teve a adesão de 886.353 contribuintes, sendo 717.761 pessoas jurídicas e 168.592 pessoas físicas (BRASIL, 2017).

¹⁷ “**REFIS das Coligadas**”. **Primeira reabertura do prazo de adesão ao REFIS da Crise**: a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, permitiu que os contribuintes pudessem, até 31 de dezembro de 2013, incluir no parcelamento especial os débitos vencidos até 30 de novembro de 2008. **Segunda reabertura do prazo de adesão ao REFIS da Crise**: a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, alterou o art. 17 da Lei nº 12.865/2013, reabrindo o prazo para adesão ao parcelamento especial até o dia 31 de julho de 2014. **Observação**: devido à similaridade e à proximidade entre essas 2 (duas) reaberturas, os programas foram unificados. No total 102.176 contribuintes aderiram ao Programa, sendo 71.435 pessoas jurídicas e 30.741 pessoas físicas. **Parcelamento do PIS e da Cofins das Instituições Financeiras**: a Lei nº 12.865, de 2013, instituiu e a Lei nº 12.973, de 2014, reabriu o prazo para parcelamento em até 60 (sessenta) meses de débitos de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento para a Seguridade Social (Cofins) devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras, vencidos até 31 de dezembro de 2013, com redução de 80% das multas e de 40% dos juros de mora. Ao todo, foram registrados 41 optantes no Programa (BRASIL, 2017). Informações adicionais disponíveis em: <<https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/parcelamentos-1/copy_of_parcelamentos/lei-no-12-865-2013-reabertura-da-lei-no-11-941-2009>> Acesso em 04/04/2021.

¹⁸ “**REFIS da Copa**”. **Terceira reabertura do prazo de adesão ao Refis da Crise**: A Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, trouxe nova reabertura dos parcelamentos da Lei nº 11.941, de 2009. Essa reabertura possibilitou a inclusão de débitos vencidos até dezembro de 2013 e exigiu pagamento inicial de percentual de 5%, 10%, 15% ou 20% do valor da dívida, dependendo do montante a ser parcelado, que poderiam ser pagos em 5 parcelas nos primeiros 5 (cinco) meses do parcelamento. **Quarta reabertura do prazo de adesão ao Refis da Crise**: A Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, alterou o art. 2º da Lei nº 12.996/2014, reabrindo o prazo para adesão ao parcelamento especial até o dia 1º de dezembro de 2014. **Observação**: da mesma forma, como os Programas foram idênticos e em prazos muito próximos, a adesão foi unificada. Foram registrados 326.948 contribuintes optantes, sendo 222.960 pessoas jurídicas e 103.988 pessoas físicas (BRASIL, 2017). Informações adicionais disponíveis em: <<https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/parcelamentos-1/copy_of_parcelamentos/lei-nb0-12-996-2014>>. Acesso em 04/04/2021.

¹⁹ **Programa de Regularização Tributária (PRT)**: Instituído pela Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017. Nesse programa, débitos vencidos até 30 de novembro de 2016 poderiam ser liquidados da seguinte forma: *i*) 20% à vista e o restante com utilização de créditos de Prejuízo Fiscal ou Base de Cálculo Negativa da CSLL ou ainda outros créditos, ou então parcelados em 96 parcelas; ou *ii*) 24% em espécie, em 24 parcelas, e o restante com créditos; ou *iii*) 120 parcelas escalonadas. Este programa teve a **adesão de 100.499 contribuintes**, sendo 69.697 pessoas jurídicas e 30.802 pessoas físicas (BRASIL, 2017). Informações adicionais disponíveis em: <<https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/parcelamentos-1/copy_of_parcelamentos/programa-de-regularizacao-tributaria-2013-prt-2013-mp-766-2017/programa-de-regularizacao-tributaria-2013-prt-2013-mp-766-2017>>. Acesso em 04/04/2021.

²⁰ **Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)**: instituído pela Medida Provisória nº 783, convertida na Lei nº 13.496, o PERT teve o prazo para adesão reaberto por três vezes. Sendo regulado pela Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017, tem por objeto a quitação de débitos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em Dívida Ativa da União até a data de adesão ao programa, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017 (Disponível em: << https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/parcelamentos-1/copy_of_parcelamentos/programa-especial-de-regularizacao-tributaria-2013-pert-2013-mp-783-2017/programa-especial-de-regularizacao-tributaria-2013-pert-2013-mp-783-2017>> Acesso em 04/04/2021). Nesse programa, ao qual **aderiram de 740.311 contribuintes**, sendo cerca de 443 mil pessoas jurídicas e 297 mil pessoas físicas, dívidas vencidas até 30/4/2017, poderiam ser liquidadas por uma das seguintes formas: *i*) pagamento em espécie de no mínimo 20% do valor da dívida, sem reduções, em 5 parcelas vencíveis em 2017, e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal (PF) e base de cálculo negativa da CSLL (BCN) ou de outros créditos próprios relativos a tributos; ou *ii*) parcelamento em 120 prestações, sem reduções, calculadas com aplicação de percentuais escalonados sobre o valor da dívida; ou *iii*) pagamento em espécie de no mínimo 20% da dívida, sem reduções, em 5 parcelas vencíveis em 2017, e o restante em uma das seguintes condições: quitação em janeiro de 2018, em parcela única, com reduções de 90% de juros e de 70% das multas; parcelamento em até 145 parcelas, com reduções de 80% dos juros e de 50% das multas; ou parcelamento em até 175 parcelas, com reduções de 50% dos juros e de 25% das multas, com parcelas correspondentes a 1% da receita bruta do mês anterior, não inferior a 1/175 da dívida consolidada; o contribuinte que quisesse parcelar dívida total inferior a R\$ 15 milhões teve benefícios adicionais como a redução do valor do pagamento em espécie e a possibilidade de utilização de créditos relativos a tributos (BRASIL, 2017).

julho de 2017); equacionamento de passivos (Acórdão nº 825, de 14 de abril de 2015); compensações tributárias ocorridas em 2020.

Na Tabela A.1 reporta-se na rubrica “arrecadações atípicas – RFB” os valores de arrecadações atípicas considerados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). Entretanto, nos relatórios “Análise da Arrecadação das Receitas Federais” elaborados pela RFB, encontram-se registrados os eventos não recorrentes, em termos de arrecadações atípicas, de maior relevância. Com base nesses relatórios, foi elaborada a Tabela C.3 no intuito de se descrever, em linhas gerais, esses eventos não recorrentes. No que se refere ao **IRPJ/CSLL**, em 2022 houve recolhimentos atípicos da ordem de R\$ 44,8 bilhões, especialmente por empresas ligadas à exploração de *commodities*.

Destacam-se, também, as seguintes receitas não recorrentes em 2022:

Cessão Onerosa (+R\$ 11.203,6 milhões): desempenho explicado pelo recebimento de recursos de bônus de assinatura relativos a segunda rodada da cessão onerosa (Campos de Sépia e Atapu – Bacia de Santos, no montante de R\$ 11,2 bilhões). Referência: Resultado do Tesouro Nacional, v. 28, n. 02, 2023.

Concessões e Permissões (+R\$ 35.643,5 milhões): desempenho explicado pelo recebimento de R\$ 26.545,3 milhões, repassados à União em junho de 2022, referentes ao bônus de outorga dos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica advindos da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobras). Referência: Resultado do Tesouro Nacional, v. 28, n. 6, 2023.

Precatórios (Lei nº 13.463/2017): R\$ 157,5 milhões. Fonte: RFB.

Dividendos e Participações (+R\$ 3.129,6 milhões): elevação explicada pelo Recebimento de R\$ 3.600 milhões de dividendos da Caixa Econômica Federal em 2022, sem contrapartida no mesmo trimestre do ano anterior. Referência: Resultado do Tesouro Nacional, v. 28, 0. 3, 2022.

Dividendos da Petrobrás: tendo em vista o comportamento atípico dos dividendos da Petrobrás observados em 2021 e 2022, houve a necessidade de se expurgar do dado oficial divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional nesses dois anos a parcela dos dividendos afetada pela volatilidade do preço do barril do petróleo. Foram estimados os seguintes valores, em termos reais, os quais foram excluídos da estatística oficial: R\$ 20.260,4 milhões (2021) e R\$ 33.420,4 milhões (2022).

A.2 Despesas e Transferências Não Recorrentes

Pelo lado das despesas, destacam-se os seguintes eventos não recorrentes, isto é, operações extraordinárias ou atípicas (ver Tabela A.2): cessão onerosa e operações de capitalização da Petrobrás; antecipação de empréstimos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND); equacionamento do Passivo do Tesouro Nacional determinados pelo Tribunal de Contas da União, conforme Acórdão nº 825, de 14 de abril de 2015, ratificado pelo Acórdão nº 3.297, de 9 de dezembro de 2015 (conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil em suas Econômico-Financeiras para a Imprensa - Estatísticas Fiscais – Quadro XLIV – Equacionamento de passivos – evidenciação dos impactos, na forma do Acórdão TCU nº 3.297, de 9 de dezembro de 2015. Primário – fluxos mensais); Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE (Fundo Soberano do Brasil); e despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19.

No que se refere ao efeito dos passivos listados pelo Tribunal de Contas da União, Barros (2018, p. 50) destaca que, como seu impacto fiscal passou a levar em consideração a apuração pelo regime de competência, sua constituição impactou mais fortemente o resultado primário do Governo Central ao longo dos anos. Contudo, no presente boletim, o cálculo do RFE está em consonância com o critério “acima da linha” para o cálculo do resultado primário, de modo que a interpretação aqui é a mesma feita em Barros (2018, p. 50), mas com sinal contrário. Ou seja, enquanto o efeito líquido do equacionamento de passivo é positivo em R\$ 2.766,3 milhões durante todo o período da série histórica, seu impacto foi negativo em R\$ 43.114,4 milhões entre janeiro e dezembro de 2014, e positivo em R\$ 45.880,7 milhões em 2015.

Quanto à operação de capitalização da Petrobrás em setembro de 2010, Giambiagi e Além (2016, p. 215) destacam que se trata de um evento tipicamente isolado no tempo (*once and for all*), que acarretou um adicional do superávit primário de pouco mais de 0,8% do PIB. Porém, no caso do Governo Central, embora a soma das diversas despesas primárias – incluindo as transferências a Estados e Municípios – tenha se conservado como proporção do PIB, houve uma alta expressiva da receita, de quase 1% do PIB, que não se traduziu em um aumento da mesma proporção do resultado primário, pelo fato de as contas de 2011 já não incluírem a rubrica do reforço da citada operação, incidente nas contas do ano anterior.

Quanto ao Fundo Soberano do Brasil (FSB), tem-se o seguinte tratamento estatístico: pelo fato do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE) possuir natureza privada, os impactos fiscais se apresentam quando da integralização ou resgate de cotas do FFIE por parte do FSB. A aquisição ou resgate de cotas de fundos de investimento representa, respectivamente, despesa ou receita de natureza primária. Dessa forma, o resgate de cotas do FFIE pelo FSB apresenta impacto fiscal superavitário no cálculo do resultado primário do Tesouro Nacional, enquanto a integralização das cotas tem impacto deficitário (como ocorrido em dezembro de 2008). No relatório Resultado do Tesouro Nacional (RTN), o registro na estatística fiscal das operações primárias envolvendo o FFIE é apresentado em rubrica específica intitulada “V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL – FSB” pelo seu valor líquido, ou seja, resgates menos integralizações, sendo o impacto no resultado primário do Governo Central refletido na conta “VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL”. Esse procedimento separa tais operações das contas de receitas e despesas de modo a evitar discontinuidades dessas séries, preservar a adequada análise de evolução de tais agregados e segregar as operações de aumento ou diminuição de poupança pública através do FFIE. Para fins do cálculo do RFE, considera-se o negativo dos valores correspondentes reportados no RTN. Por fim, deve-se destacar que Fundo Soberano do Brasil (FSB) foi um fundo público vinculado ao Ministério da Fazenda, criado pela Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e extinto pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 (Lei da Liberdade Econômica).

Em 2022, as despesas primárias não recorrentes relacionadas ao combate à pandemia totalizaram R\$ 20.785,2 milhões, conforme reportado na Tabela A.2.

Destacam-se, também, as seguintes despesas não recorrentes em 2022:

- Em agosto de 2022, despesa de R\$ 23.912,1 milhões, em termos reais, referentes ao Encontro de Contas – Campo de Marte (CF 1988, ADCT, art. 107-A, § 6º). Fonte: Resultado do Tesouro Nacional, v. 28, n. 8, dezembro/2022;
- Despesas, da ordem de R\$ 10.332,5 milhões, relativas a: (i) Auxílio Financeiro aos Estados e DF; (ii) Assistência Financeira da União aos Estados e DF; (iii) Auxílio aos Caminhoneiros; (iv) Auxílio aos Motoristas de Taxi;

Tabela A.1 – Receitas Não Recorrentes (extraordinárias ou atípicas) (R\$ Milhões)

Receitas não Recorrentes	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cessão Onerosa (Capitalização da Petrobrás) ^{(1.1)(1.2)}														74.807,6
Concessões e Permissões ⁽²⁾	1.517	9.358	9.151	5.227	4.381	1.820	402	1.254	827	985	2.064	6.080	3.091	1.158
Cessão de Dividendos da Eletrobrás ⁽³⁾													3.496	1.400
Antecipação de Dividendos ⁽⁴⁾														
Depósitos Judiciais (CEF) ⁽⁵⁾													8.883	
Precatórios (Lei nº 13.463/2017) ⁽⁶⁾														
Outras receitas atípicas ⁽⁷⁾														
REFIS ⁽⁸⁾													8.137	
Arrecadações Atípicas – RFB ⁽⁹⁾						19.605	8.680	3.654	4.878	5.323	9.317	6.542	16.051	12.397
Compensações Tributárias não recorrentes (2020) ⁽¹⁰⁾														
Diferimento de Tributos (2020) ⁽¹¹⁾														
Redução do IOF Crédito (2020) ⁽¹²⁾														
Total	1.517	9.358	9.151	5.227	4.381	21.425	9.083	4.908	5.705	6.308	11.381	12.622	39.658	89.763
Receitas não Recorrentes	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
Cessão Onerosa (Capitalização da Petrobrás) ^{(1.1)(1.2)}									84.684			11.204		
Concessões e Permissões ⁽²⁾	3.938	2.237	22.073	7.921	5.891	21.908	32.106	21.929	8.598	8.179	9.866	35.644		
Cessão de Dividendos da Eletrobrás ⁽³⁾														
Antecipação de Dividendos ⁽⁴⁾		10.333	-10.333							-4.949	4.949	3.600		
Depósitos Judiciais (CEF) ⁽⁵⁾														
Precatórios (Lei nº 13.463/2017) ⁽⁶⁾							11.070	1.302			2.329	157		
Outras receitas atípicas ⁽⁷⁾			1.800								20.260	33.420		
REFIS ⁽⁸⁾	6.757		21.786	19.949			20.331							
Arrecadações Atípicas – RFB ⁽⁹⁾	16.174	3.545	6.466	5.000	16.300	47.027	9.300	14.491	16.940	10.000	44.229	44.800		
Compensações Tributárias não recorrentes (2020) ⁽¹⁰⁾										-60.949	-38.229			
Diferimento de Tributos (2020) ⁽¹¹⁾										-19.557				
Redução do IOF Crédito (2020) ⁽¹²⁾										-19.690				
Total	26.869	16.115	41.792	32.870	22.191	68.935	72.807	37.722	110.221	-86.966	43.404	128.825		

Fonte: Subsecretaria de Política Fiscal/Secretaria de Política Econômica/Ministério da Economia.

Nota:

1.1 – **Cessão Onerosa.** Ingresso a título de cessão onerosa para exploração de petróleo pela Petrobrás ocorrido em setembro/2010, conforme estabelecido na Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional, v. 16, n. 9, setembro/2010, pag. 2. Disponível em: <<<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2010/9>>>>. Acesso em: 14 de 11.2.549,8fevereiro de 2021.

1.2 – **Cessão Onerosa.** Em dezembro/2019, houve recebimento de recursos relativos ao leilão da cessão onerosa de petróleo (R\$ 70,6 bilhões), mais o ingresso de R\$ 8,9 bilhões da 16ª rodada de concessões de campos de petróleo e de R\$ 5,0 bilhões da 6ª rodada de partilha do petróleo do pré-sal sem contrapartida em dezembro de 2018, aproximadamente. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Planilha 1.2, Tabela 1.2. Receitas Primárias do Governo Central – Brasil – Mensal – R\$ Milhões – valores correntes. Disponível em: <<<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2012/12>>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021. Resultado do Tesouro Nacional, volume 25, n. 12 – dezembro de 2019 – pág. 7, e Sumário Executivo

2 – **Concessões e Permissões.** Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Planilha 1.2, Tabela 1.2. Receitas Primárias do Governo Central – Brasil – Mensal – R\$ Milhões – valores correntes. Rubrica: Concessões e Permissões. Observação: em novembro de 2013, registra-se o valor de R\$ 15.014,8 milhões relacionado ao bônus de assinatura de contrato de concessão de petróleo e gás (campo de libra) pago pelo consórcio vencedor do primeiro leilão do pré-sal sob regime de partilha. Esse consórcio vencedor foi formado pelas empresas Petrobrás, Shell, Total, CNPC e CNOOC.

3 – **Cessão de Dividendos da Eletrobrás.** Cessão de Dividendos da Eletrobrás pelo BNDES.

4 – **Antecipação de Dividendos.**

5 – **Depósitos Judiciais (CEF).** Recuperação de depósitos judiciais junto à Caixa Econômica Federal.

6 – **Precatórios (Lei nº 13.463/2017).** Essa lei dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais. Essa lei determinou o cancelamento de precatórios e RPV federais que não tivessem sido levantados pelo credor no prazo de até dois anos. Fonte: Tesouro Gerencial – Natureza de Receita 19221211 (Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais não Sacados – Principal).

7 – **Recursos do Incra,** em 2013.

8 – **REFIS.** Considere o somatório dos valores dos seguintes programas visando ajustes na série histórica para fins de estimações econométricas para o cálculo das elasticidades das receitas em relação ao hiato do produto: (i) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS (Lei nº 9.964/2000); (ii) PAEX (Medida Provisória nº 303/2006); (iii) Parcelamento Especial – PAES (Lei nº 10.684/2003); (iv) Parcelamento de Dívidas – REFIS da Crise (Lei nº 11.941/2009); (v) Programa Especial de Regularização Tributária – PERT (Lei nº 13.496/2017); (vi) REFIS das Coligadas (Lei nº 12.865/2013); (vii) REFIS da Copa (Lei nº 12.996/2014); (viii) Programa de Regularização Tributária – PRT (Medida Provisória 766/2017).

Duas observações se fazem necessárias. Primeiro, no que se refere aos ajustes nas receitas para fins de estimação das elasticidades, considera-se a diferença dos valores dos parcelamentos em relação ao mesmo mês do ano anterior. Segundo, no que se refere ao cálculo da estimativa do RFE, a partir de 2018 já não mais se reportam valores visto que os recolhimentos do REFIS são regulares, ou seja, não se podem mais serem considerados como eventos não recorrentes – os parcelamentos são de 15 anos.

9 – **Arrecadações atípicas.** Tratam-se valores, em R\$ milhões, de arrecadações atípicas (receitas não recorrentes ou receitas extraordinárias) fornecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). Entretanto, nos relatórios intitulados “Análise da Arrecadação de Receitas Federais” elaborados pela RFB, são informados apenas os valores de arrecadações atípicas mais relevantes para explicar o conjunto das arrecadações. Isso não significa que não se esteja registrando outras arrecadações não recorrentes que são utilizadas, principalmente, para fins de ajuste das bases com o objetivo de estimativa de arrecadação. Um exemplo típico são as arrecadações de Swap. No relatório, somente se faz menção ao crescimento desse item. No entanto, valores da ordem de centenas de milhões de reais não são usuais e, em circunstâncias normais, não deveriam ser consideradas para fins de projeções de receitas, por exemplo. Apesar disto, esses relatórios se mostram um instrumento bastante útil, uma vez que nela estão registrados os eventos de maior relevância e que, numa abordagem de longo prazo, talvez sejam os que de fato importem. Na Tabela F.3, faz-se um resumo das principais arrecadações atípicas registradas pela RFB a partir da consulta a esses relatórios.

10 – **Compensações tributárias não recorrentes.** Trata-se da variação dos valores mensais de compensações tributárias entre os anos de 2019 a 2020, e entre os anos de 2020 a 2021. Fonte: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

11 – Estimativa da parcela da arrecadação tributária federal que não foi arrecadada em 2020 por causa das medidas de diferimento de tributos. Fonte: apresentação do relatório “Análise da Arrecadação das Receitas Federais” de janeiro de 2021, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

12 – Estimativa da parcela da arrecadação tributária federal que não foi arrecadada em 2020 devido à redução do IOF Crédito. Fonte: apresentação do relatório “Análise da Arrecadação das Receitas Federais” de janeiro de 2021, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Tabela A.2 – Despesas e Transferências não recorrentes (extraordinárias ou atípicas) (R\$ Milhões)

Despesas e Transferências não Recorrentes	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Equacionamento de Passivos – TCU ⁽¹⁾						147	-170	283	116	359	-124	-1.218	-1.527	-3.985
Fundo Soberano do Brasil ^{(2.1)(2.2)(2.3)(2.4)}												14.244		
Fundo Nacional de Desenvolvimento ⁽³⁾								-60	-18	110	466	-1.386	-4.248	-23
Cessão Onerosa (Capitalização da Petrobrás) ^{(4.1)(4.2)}														42.928
Transferências aos Entes Subnacionais ^{(5.1)(5.2)(5.3)}						3.976							2.220	
Despesas Primárias – COVID-19 (exclui transferências aos Entes Subnacionais ⁽⁶⁾)														
Transferências aos Entes Subnacionais – COVID-19 ⁽⁷⁾														
Outras despesas não recorrentes														
Total	0	0	0	0	0	4.123	-170	223	99	469	342	11.640	-3.554	38.920
Despesas e Transferências não Recorrentes	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Equacionamento de Passivos – TCU ⁽¹⁾	-3.792	-5.795	-14.641	-12.769	45.881									
Fundo Soberano do Brasil ^{(2.1)(2.2)(2.3)(2.4)}		-12.400			-855			-4.021						
Fundo Nacional de Desenvolvimento ⁽³⁾			-34											
Cessão Onerosa (Capitalização da Petrobrás) ^{(4.1)(4.2)}									34.400					
Transferências aos Entes Subnacionais ^{(5.1)(5.2)(5.3)}	943			2.949	1.804	10.301	2.862	1.363	11.669					
Despesas Primárias – COVID-19 (exclui transferências aos Entes Subnacionais ⁽⁶⁾)										442.694	120.846	20.785		
Transferências aos Entes Subnacionais – COVID-19 ⁽⁷⁾										78.247				
Outras despesas não recorrentes													34.235	
Total	-2.850	-18.229	-14.641	-9.819	46.830	10.301	2.862	-2.658	46.069	520.941	120.846	55.020		

Fonte: Subsecretaria de Política Fiscal/Secretaria de Política Econômica/Ministério da Economia.

Nota:

1 - Equacionamento de Passivos. Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 825, de 14 de abril de 2015, ratificado pelo Acórdão nº 3.297, de 9 de dezembro de 2015. Fonte: Banco Central do Brasil. Notas Econômico-Financeiras para a Imprensa. Estatísticas Fiscais, dezembro/2016. Quadro XLIV – Equacionamento de passivos – evidenciação dos impactos, na forma do Acórdão TCU nº 3.297, de 9 de dezembro de 2015. Primário – fluxos mensais. Disponível em: << <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/historicoestatisticas>>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021. Devido ao critério “abaixo da linha” adotado pelo Banco Central do Brasil no cálculo dos indicadores fiscais, considera-se aqui o negativo dos valores reportados pela autoridade monetária.

2.1 - Fundo Soberano do Brasil. Em 2008: Integralização de Cotas da União. Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008.

2.2 – Fundo Soberano do Brasil. No dia 31 de dezembro de 2012 foi realizado resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE) no valor de R\$ 12,4 bilhões, conforme autorizado pelo Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil (CDFSB). Referido resgate foi operacionalizado por meio de permuta de ações da Petrobrás, em poder do FFIE, por Títulos Públicos Federais, em poder do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em conformidade com os objetivos descritos no art. 1º e no §3º do art. 7º da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Planilha 1.1, Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal. Resultado do Tesouro Nacional, volume 18, n. 12 – dezembro de 2012 – pág. 7. Disponível em: << <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2012/12>>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.

2.3 - Fundo Soberano do Brasil. Houve, no mês de dezembro de 2015, resgate de R\$ 855,0 milhões em cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE por parte do FSB, conforme previsto nos decretos de programação orçamentária e financeira. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Planilha 1.1, Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal. Disponível em: << <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2012/12>>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021. Resultado do Tesouro Nacional, volume 21, n. 12 – dezembro de 2015 – pág. 13.

2.4 - Fundo Soberano do Brasil. Resgate de cotas no valor de R\$ 3,5 bilhões do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE decorrente da conclusão do programa gradual de venda das ações do Banco do Brasil pelo Fundo, ocorrido entre maio e junho de 2018. No mês de junho, o saldo restante de R\$ 521 milhões foi incorporado no resultado primário. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Planilha 1.1, Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central – Brasil – Mensal. Disponível em: << <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2012/12> >>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021. Resultado do Tesouro Nacional, volume 24, n. 5 – maio de 2018 – pág. 4, e respectivo Sumário Executivo.

3 - Fundo Nacional de Desenvolvimento. Valores positivos representam amortização antecipada. Valores negativos representam subsídios. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Planilha 1.4, Tabela 1.4. Despesas Primárias do Governo Central – Brasil – Mensal – R\$ Milhões (valores correntes). Disponível em: << <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn> >>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.

4.1 – Cessão Onerosa. Em 2010: operação de capitalização da Petrobras. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional, v. 16, n. 9, setembro/2010, pag. 2. Disponível em: << <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2010/9> >>>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.

4.2 – Cessão Onerosa. Em 2019: pagamento à Petrobrás decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa. O “resultado líquido” do leilão da cessão onerosa para a União foi de R\$ 23,8 bilhões. R\$ 70,0 bilhões de arrecadação menos R\$ 11,7 bilhões transferidos à Estados e Municípios e R\$ 34,4 bilhões pagos à Petrobrás. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional – dezembro de 2019 – Sumário Executivo, pág. 3. Disponível em: << <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2019/12> >>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.

5.1 – Transferências não recorrentes. Trata-se de receitas não recorrentes sujeitas a transferências para os governos subnacionais.

5.2 – Em 2015: Emenda Constitucional (EC) nº 84/2014, com efeitos a partir de janeiro de 2015. Essa EC altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União para o Fundo de Participação dos Municípios.

5.3 – Em 2019: Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios decorrente do Leilão da Cessão Onerosa, conforme Lei nº 13.885/2019.

6.1 – Despesas primárias do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 (apuradas pelo critério de “valor pago”), excluindo-se o apoio financeiro (auxílio emergencial) aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Planilha 5.1, Tabela 5.1 - Despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 (apuradas pelo critério de “valor pago”) - Brasil – Mensal. Disponível em: << <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn> >>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.

7.1 - Apoio financeiro (auxílio emergencial) aos Estados, Distrito Federal e Municípios relacionado ao combate ao COVID-19 (segundo critério de “valor pago”), totalizando R\$ 78.247,0 milhões. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Planilha 5.1, Tabela 5.1 - Despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 (apuradas pelo critério de “valor pago”) - Brasil – Mensal. Disponível em: << <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn> >>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021. Essas transferências aos Entes Subnacionais referem-se a: (1) Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 (Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências); (2) Lei nº 14.041, de 18 de agosto de 2020 (Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19); (3) repasses fundo a fundo da Saúde. Conforme dados obtidos junto à Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional (COREM/STN), tem-se os seguintes valores: (1) Lei Complementar nº 173/2020: R\$ 60.148,9 milhões; (2) Lei nº 14.041/2020: R\$ 15.098,3 milhões. No Resultado do Tesouro Nacional, consta que o valor das transferências do Governo Central aos Entes Subnacionais relacionados ao combate ao COVID-19 totalizou R\$ 78.247,0 milhões. Assim, a diferença de R\$ 2.999,8 corresponde, aproximadamente, a esses repasses fundo a fundo da Saúde.

Tabela A.3 – Arrecadações atípicas

Ano	Descrição dos eventos não recorrentes relacionados às arrecadações atípicas da RFB	Fontes
2002	<p>Imposto de Renda, PIS/COFINS, IRRF-Outros: pagamento efetuado pelos Fundos de Pensão, em conformidade com a MP nº 2.222/01, quanto à parcela referente aos débitos em atraso.</p> <p>IRPJ/CSLL e PIS/COFINS: realização de lucro, por empresa estatal, decorrente de transferência de títulos públicos.</p> <p>Arrecadação extra referente à realização de lucro por empresa estatal e Depósito Judicial–Dívida Ativa.</p> <p>Arrecadação relativa à desistência de ações judiciais e conseqüente pagamento dos débitos em atraso (artigo 11 da Medida Provisória nº 38/2002).</p> <p>Arrecadação atípica relativamente a: (i) débitos em atraso, pagos em conformidade com o estabelecido nos art. 20 (débitos não vinculados à ação judicial), art. 21 (desistência de ação judicial), art. 24 (fundos de pensão – prorrogação de prazo) e art. 32 (mercado atacadista de energia elétrica) da MP nº 66, de 29 de agosto de 2002; (ii) resgate de aplicações financeiras de residentes no exterior; (iii) setor estatal (lucro decorrente de variação cambial); (iv) depósito judicial/administrativo; (v) MP 75/2000.</p>	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2002.
2003	Arrecadações atípicas envolvendo: (i) Lei nº 10.637/2002, artigo 13; (ii) Depósitos Judiciais/Administrativos e Conversão de Depósitos; (iii) Resultado de Empresas Estatais; (iv) Resgate de aplicações financeira de residentes no exterior; (v) Pagamentos em atraso.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2003.
2004	IRPJ/CSLL: arrecadação atípica decorrente de recolhimento de tributos relativos a exercícios anteriores.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2004.
2005	<p>IPI-Outros: arrecadação atípica, em janeiro, novembro e dezembro de 2005, decorrente de débitos em atraso.</p> <p>IRPF: arrecadação atípica referente aos itens Ganho de Capital na Alienação de Bens e Ganho Líquido em Operações em Bolsa.</p> <p>IRRF-Outros Rendimentos: depósitos judiciais.</p>	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2005.
2006	<p>Imposto de Importação: arrecadação extra, em conformidade com o art. 9º, § 1º da MP-303/06. IPI-Bebidas: arrecadação de débitos em atraso, em conformidade com a MP 303/06; IRRF-Remessas ao Exterior: crescimento influenciado, principalmente, por arrecadações atípicas relativas a rendimentos remetidos a residentes ou domiciliados no exterior.</p>	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2006.
2007	<p>IPI-Outros: depósito judicial efetuado por empresa fabricante de peças e acessórios para veículos automotores; arrecadação atípica nos setores de metalurgia e petroquímico, em virtude de pagamentos de débitos em atraso e de pagamentos de débitos inscritos em dívida ativa.</p> <p>IRPF: depósitos judiciais atípicos e Ganho Líquido de Operações em Bolsa;</p> <p>IRPJ/CSLL: arrecadação atípica relativa a depósitos administrativos, bem como recolhimentos atípicos, por parte de instituições financeiras, relativos à venda de participações societárias. Dentre os processos de abertura de capital ocorridos em 2007 destacam-se, pela relevância do volume de receitas captadas, especialmente os relativos à Redecard, à Bovespa e à BM&F, com reflexos na arrecadação dos meses de agosto, novembro e dezembro</p> <p>PIS/PASEP: recolhimento atípico por parte de instituição do setor de seguros.</p> <p>Outras receitas administradas: arrecadação atípica do item Depósito Judicial em função de processo de direito antidumping; aumento do item Receita de Dívida Ativa – Depósito em Garantia; recuperação de débitos de exercícios anteriores, em conformidade com a MP nº 303/06.</p>	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2007.
2008	<p>IOF: arrecadação atípica de depósito judicial e acréscimos legais, relativa a débitos de exercícios anteriores.</p> <p>IRPF: arrecadação atípica, do item depósitos judiciais; ganho de capital na alienação de bens em decorrência de alienação de empresa.</p> <p>IRPJ/CSLL: arrecadação atípica relativa a depósito judicial; recolhimentos atípicos, relativos a ganho de capital, decorrentes de venda de participações acionárias; débitos de exercícios anteriores em contestação judicial.</p> <p>IRRF-Rendimentos de Capital: recolhimento atípico relativo a aplicações financeiras em renda fixa – PF.</p> <p>IRRF-Remessas para o Exterior: arrecadação atípica de relativa a rendimentos do trabalho.</p> <p>IRRF-Outros Rendimentos: depósitos judiciais atípicos.</p> <p>PIS/PASEP e COFINS: arrecadações atípicas decorrentes de depósitos judiciais e acréscimos legais.</p> <p>IPI-Bebidas: arrecadação atípica no setor de fabricação de cervejas.</p>	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2008.
2009	Arrecadações atípicas.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas

		Federais – Janeiro a Dezembro de 2009.
2010	Arrecadações atípicas.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2010.
2011	IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: resultado decorrente de pagamentos atípicos de, aproximadamente; CSLL: pagamento de débito em atraso, em razão de encerramento de questionamento na esfera judicial. IRPJ: acréscimo, a título de reclassificação por estimativa.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2011.
2012	Arrecadações atípicas.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2012.
2013	Arrecadações atípicas.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2013.
2014	Arrecadações atípicas.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2014.
2015	IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e COFINS: arrecadações atípicas decorrentes da transferência de ativos entre empresas. IRRF-Outros Rendimentos: resultado decorrente do recolhimento atípico a título de Depósito Judicial. IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: arrecadação atípica no item rendimentos do trabalho. Outras receitas administradas pela RFB: arrecadação extraordinária, decorrente de recolhimentos em atraso.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2015.
2016	IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: resultado decorrente de arrecadação atípica no item rendimentos do trabalho. Arrecadação extraordinária, relacionada com o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária – RERCT.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2016.
2017	IRPF: recolhimentos atípicos no envolvendo ganhos de capital na alienação de bens. IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: arrecadação atípica no item juros e comissões em geral, bem como no item aplicações financeiras. IOF: arrecadação atípica no item operações de câmbio na entrada de moedas. IRRF-Outros Rendimentos: arrecadação atípica em depósito judicial.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2017.
2018	IRPJ/CSLL: recolhimentos extraordinários referentes a operações envolvendo ativos de empresas.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2018.
2019	IRPJ/CSLL: recolhimentos extraordinários por algumas empresas de diversos setores econômicos, bem como em consequência de reorganizações societárias e alienação de participações societárias. Recolhimentos extraordinários referentes a depósitos judiciais. IRPF: arrecadação atípica decorrente de ganhos de capital na alienação de bens e direitos.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2019.
2020	IRPJ/CSLL: recolhimentos extraordinários por algumas empresas de diversos setores econômicos, bem como em consequência de reorganizações societárias e alienação de participações societárias. IRPF: arrecadação atípica decorrente de ganhos de capital na alienação de bens e direitos.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2020.
2021	IRPJ/CSLL: pagamentos atípicos, em parte decorrentes da alienação de participações societárias por algumas empresas de diversos setores econômicos. IRPF: diferimento do pagamento do imposto, conforme estabelecido na Instrução Normativa IN RFB 1934/2020, que afetou diretamente a arrecadação das quotas relativas à Declaração de Ajuste Anual da Pessoa Física (DIRPF Exercício 2020). A oitava quota foi paga em janeiro/2021, ao invés do mês de novembro de 2020, e se refere a fatos geradores ocorridos ao longo do ano de 2019.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2021.
2022	IRPJ/CSLL: recolhimentos atípicos, especialmente por empresas ligadas à exploração de <i>commodities</i> .	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro a Dezembro de 2022.

Fonte: Secretaria de Política Econômica, a partir de dados obtidos nos relatórios da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Apêndice B: Decomposição da Variação do Resultado Fiscal Estrutural

	2019	2020	2021	2022	Varição19-21	Varição20-21	Varição21-22
Receitas do Governo Central (A)	20,61%	20,39%	21,23%	22,20%	-0,62%	-0,84%	-0,97%
IRPJ	1,63%	1,67%	2,21%	2,60%	-0,59%	-0,54%	-0,39%
CSLL	1,05%	1,04%	1,19%	1,49%	-0,13%	-0,15%	-0,30%
Demais receitas administradas	15,49%	15,61%	15,16%	15,02%	0,32%	0,45%	0,14%
Dividendos e Participações	0,28%	0,15%	0,21%	0,51%	0,08%	-0,05%	-0,30%
BNDES	0,13%	0,07%	0,10%	0,19%	0,03%	-0,03%	-0,10%
Petrobras	0,02%	0,02%	0,01%	0,23%	0,01%	0,01%	-0,22%
Outros	0,14%	0,06%	0,10%	0,08%	0,04%	-0,03%	0,02%
Receitas de Exploração de Recursos Naturais	0,88%	0,74%	1,06%	1,35%	-0,18%	-0,31%	-0,29%
Demais receitas não administradas	1,29%	1,18%	1,41%	1,23%	-0,12%	-0,23%	0,17%
Despesas do Governo Central (B)	19,05%	18,75%	16,78%	17,75%	-2,27%	-1,97%	0,97%
Benefícios Previdenciários	8,48%	8,72%	7,97%	8,10%	-0,50%	-0,75%	0,12%
Pessoal e Encargos Sociais	4,24%	4,22%	3,69%	3,43%	-0,54%	-0,53%	-0,26%
Outras Despesas Obrigatórias	2,65%	2,63%	2,13%	2,85%	-0,52%	-0,50%	0,72%
Abono e Seguro Desemprego	0,75%	0,78%	0,52%	0,65%	-0,24%	-0,27%	0,14%
Subsídios, Subvenções e Proagro	0,15%	0,28%	0,08%	0,16%	-0,07%	-0,19%	0,07%
Outros	1,74%	1,57%	1,53%	2,04%	-0,21%	-0,04%	0,51%
Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo	1,93%	1,75%	1,61%	2,19%	-0,32%	-0,14%	0,58%
Despesas Discricionárias	1,76%	1,42%	1,37%	1,18%	-0,38%	-0,05%	-0,19%
Transferências do Governo Central (C)	3,74%	3,47%	3,97%	4,65%	0,23%	0,51%	0,67%
FPM / FPE / IPI-EE	2,89%	2,69%	3,09%	3,47%	0,20%	0,40%	0,39%
Transferências de Exploração de Recursos Naturais	0,37%	0,47%	0,63%	0,79%	0,27%	0,16%	0,16%
Outras transferências	0,49%	0,31%	0,25%	0,38%	-0,23%	-0,06%	0,13%
Ajuste metodológico (D)	0,08%	-0,03%	-0,01%	0,01%	0,09%	-0,02%	-0,02%
Varição do Resultado Fiscal Recorrente do Governo Central (E = A + B + C + D)	-2,10%	-1,85%	0,47%	-0,19%	-2,57%	-2,32%	0,66%
Varição do Resultado Fiscal Recorrente dos Estados e Municípios (F)					-1,05%	-1,62%	0,44%
Varição do Resultado Fiscal Recorrente das Estatais (G)					0,13%	0,01%	-0,03%
Varição Recorrente do Setor Público Consolidado (H = E + F + G)					-3,49%	-3,92%	1,07%
Cíclico (I)					-0,69%	-1,62%	-0,27%
Estrutural (J = H - I)					-2,80%	-2,30%	1,34%

Referências

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB). **Apresentação “Análise da Arrecadação, dezembro de 2022”**. Brasília, 2022. Disponível em: << <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/arrecadacao-federal/2022>>> Acesso em 23 de junho de 2023.

BRASIL. SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL (STN). **Resultado do Tesouro Nacional – Dezembro/2022**. Resultado do Tesouro Nacional, vol. 28, n. 12, 2023a. Disponível em: << <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn>>> Acesso em 23 de junho de 2023.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Panorama fiscal: destaques de 2022 e perspectivas**. Política Fiscal, Carta de Conjuntura n. 58, nota de conjuntura 10, 1º trimestre de 2023, 2023b. Disponível em: << https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/02/230201_cc_58_nota_10_panorama_fiscal.pdf>> Acesso em 23 de junho de 2023.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Finanças públicas estaduais: trajetória nos dez primeiros meses de 2022**. Finanças Públicas, Carta de Conjuntura n. 57, nota de conjuntura 31, 4º trimestre de 2022, 2022. Disponível em: << https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2022/12/221223_nota31_financas_publicas_estaduais.pdf>> Acesso em 23 de junho de 2023.

BRASIL. **Estudo sobre impactos dos parcelamentos especiais**. Brasília: Ministério da Fazenda, Receita Federal, 2017. Disponível em: <<<https://receita.economia.gov.br/dados/20171229-estudo-parcelamentos-especiais.pdf>>>. Acesso em 03 de março de 2021.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil. 5ª edição revista e atualizada**. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2016.

PEACOCK. A.T.; WISEMAN. J. **The growth of public expenditure in the United Kingdom**. Londres: George Allen & Unwin, 1967.

SILVA, A. C.; MEDEIROS, O. L. Conceitos e estatísticas da dívida pública (Capítulo 4). In: SILVA, A. C.; CARVALHO, L. O.; MEDEIROS, O. L. (Organizadores). **Dívida Pública: A Experiência Brasileira**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial, 2009.

SOUZA JR. J. R.; CAETANO, S. M. **Produto potencial como ferramenta de análise da política monetária e da capacidade de crescimento da economia brasileira**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Texto para Discussão nº 1881. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

SCHETTINI, B. P.; GOUVÊA, R. R.; ORAIR, R. O.; GOBETTI, S. W. **Resultado fiscal estrutural e impulso fiscal: uma aplicação para as administrações públicas no Brasil, 1997-2010**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Texto para Discussão nº 1650, Brasília, agosto de 2011.